



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

[Handwritten signature]

Página 1 de 40

ATA Nº 2/2024

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, no Auditório Municipal da Batalha, sito na Rua Infante D. Fernando, na Vila da Batalha, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal da Batalha, tendo estado presentes os Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais: -----

- Joaquim José Pereira Ruivo -----
- Alfredo Monteiro de Matos -----
- António Carlos da Costa Jordão -----
- Hugo Frederico Pedro Vicente -----
- Cristiana Sofia Faustino Moreira -----
- Germano Santos Pragosa -----
- José Moreira Filipe -----
- Nuno Miguel Silva Santos -----
- Elsa Maria Martins Libânio -----
- Octávio Carvalho Vilaça -----
- Vítor Manuel Monteiro Correia -----
- Telmo Alexandre Henriques Ferreira -----
- Fernando Miguel Rodrigues Marques -----
- Lina Isabel dos Santos Oliveira -----
- Francisco Manuel dos Santos Coutinho -----
- Carlos Alberto Monteiro dos Santos -----
- Válter Mendes Cardoso -----
- Eduardo Manuel Cardoso Marques Veiga -----
- Elodie Carreira Zeferino -----
- Arlindo Oliveira Silva Marques -----
- Ricardo António Matias Vala -----
- Fernando José Lopes de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia da Batalha); -----
- António Fernando Martins de Sousa Lucas (Presidente da Junta de Freguesia de Reguengo do Fetal); -----
- Marco Alexandre Ribeiro Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede); -----
- José Carlos dos Reis Ferraz (Presidente da Junta de Freguesia da Golpilheira). -----

----- ** -----

- O senhor deputado municipal Armando Pedro Pinheiro Rosa solicitou a sua substituição nesta sessão da Assembleia Municipal, tendo sido substituído pelo senhor António Carlos da Costa Jordão. -----

----- ** -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 2 de 40

Ao abrigo do disposto no artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, na sua redação atual, estiveram ainda presentes nesta sessão os seguintes membros da Câmara Municipal:-----

- Raul Miguel de Castro, Presidente da Câmara Municipal;-----
- Carlos Agostinho da Costa Monteiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal;-----
- Mónica Aguiar Louro Cardoso, Vereadora (a tempo inteiro);-----
- Fernando Joaquim Figueiredo Ferreira, Vereador (a meio tempo);-----
- André Costa Loureiro, Vereador;-----
- Ana Rita André Costa e Silva Calmeiro, Vereadora;-----
- Nuno Augusto Silva Almeida, Vereador.-----

----- ** -----

A Mesa desta sessão da Assembleia Municipal foi composta por:-----

- **Presidente:** Joaquim José Pereira Ruivo;-----
- **1º Secretário:** Elsa Maria Martins Libânio;-----
- **2º Secretário:** Germano Santos Pragosa.-----

----- ** -----

Esteve presente na sessão a colaboradora da Câmara Municipal da Batalha, Maria Lúcia Mendes de Oliveira Moraes, Técnica Superior, designada para lavrar a ata.-----

----- ** -----

----- **ABERTURA OFICIAL DA SESSÃO**-----

Pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal foi a sessão declarada aberta eram vinte horas e trinta minutos.-----

----- ** -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- **APROVAÇÃO DE ATA:**-----

Para votação da Assembleia, foi presente a Ata n.º 1/2024 da sessão de vinte e nove de fevereiro de 2024, cuja leitura foi dispensada atendendo a que previamente foi enviada uma cópia a todos os membros desta Assembleia, tendo a Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovado a sua redação final.-----

----- ** -----

De referir que, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, não participam na aprovação da ata, os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita.-----

----- ** -----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** expressou em nome do secretariado a congratulação pela forma tão simples e ao mesmo tempo tão digna como comemoramos a revolução do 25 de Abril. Expressou agradecimentos a todos os oradores em representação desta Assembleia e um



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

[Handwritten signature]

Página 3 de 40

agradecimento natural ao orador convidado, o Professor Doutor Manuel Antunes, que *«além de dar um breve historial sobre o sistema público de saúde, também nos deu a conhecer a sua opinião sobre aquilo que poderá ser o sistema Nacional de Saúde e portanto foi um contributo extremamente válido, tendo em conta até a experiência e a capacidade de análise do Professor Manuel Antunes.»* - -

----- ** -----

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu a conhecer que a Mesa rececionou uma Proposta/Recomendação apresentada pelo CDS e duas Recomendações apresentadas pela Iniciativa Liberal.

Proposta/Recomendação – Vão decorridos 50 anos sobre o 25 de Abril de 1974. -----

O senhor presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da proposta/recomendação apresentada pelo senhor deputado municipal Francisco Coutinho do CDS/PP, passando à leitura mesma.

«O poder local foi desde o primeiro momento o resultado das eleições livres, cujos participantes foram os eleitos locais para as Juntas de Freguesia.-----

Alguns daqueles eleitos locais, já não estão infelizmente connosco, uns porque faleceram, outros porque se automarginalizaram, ao que se julga saber, dos partidos políticos que representavam.-----

Face a toda a evolução histórica e sobretudo porque ser eleito pela primeira vez Presidente de uma Junta de Freguesia, sem nada receber em troca era um desafio que merece a nossa reflexão.-----

Melhor, é preciso relembrar os primeiros eleitos em democracia e em liberdade a semelhança do que tem vindo a acontecer noutros concelhos, para que esta permaneça viva e sirva igualmente de inspiração para se construir uma sociedade cada vez mais justa, inclusa e solidária.-----

Assim, o CDS/PP, propõe a reflexão e votação desta Assembleia Municipal, todas estas e outras facetas do poder local, para que ainda nos 50 Anos do mesmo, o Município enalteça e agradeça com a homenagem ou memorial que se impõe àqueles eleitos, porquanto naquela época lutava-se e arriscava-se pela liberdade, são aqueles;-----

- Junta de Freguesia da Batalha – Sr. João Manuel da Silva Santos;-----

- Junta de Freguesia de Reguengo do Fetal – Sr. Raul Aurélio da Conceição Santos (a título póstumo); -

- Junta de Freguesia de São Mamede – Sr. José Vieira de Oliveira.-----

Considerando o atrás exposto, recomenda-se ao executivo que proceda como entender.»-----

Apresentada a presente proposta/recomendação, o senhor Presidente da Assembleia colocou a mesma à discussão.

Usou da palavra o senhor deputado municipal Alfredo de Matos, propondo que esta homenagem fosse extensiva aos primeiros presidentes eleitos, na sequência das primeiras eleições autárquicas de 12 de dezembro de 1976, da Assembleia Municipal da Batalha, Sr. Alfredo Belo Monteiro, e Presidente da Câmara Municipal, Sr. Francisco Manuel dos Santos Coutinho tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal sugerido a reformulação da proposta, por forma a acolher a sugestão apresentada.



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 4 de 40

Não havendo oposição ao proposto, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a proposta/recomendação à votação, tendo sido a mesma aprovada, por unanimidade.-----

O senhor deputado Francisco Coutinho esteve ausente da votação, invocando razões de impedimento.-----

----- ** -----

Recomendação para adiamento da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Batalha.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da recomendação apresentada pelo senhor deputado municipal Ricardo Vala da Iniciativa Liberal, passando à leitura mesma.-----

«No seguimento da publicação em Diário da República:-----

O aviso que marca o início do procedimento da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Batalha, estabelecendo um período de participação pública de 22 de abril a 14 de maio de 2024.-----

Considerando que:-----

1-O atual prazo estabelecido é demasiado curto.-----

2-Existem ainda Batalhenses que não tiveram conhecimento da seguinte publicação referente a 2ª revisão do PDM.-----

3-Existem outros que ainda estão a analisar com familiares e vizinhos as diversas questões que são do seu interesse.-----

4-O prazo de 15 dias após a publicação para fazer participação pública, é insuficiente para os municípios quando o Município tem 2 anos para apresentar a 2ª revisão do PDM.-----

Pelo acima exposto, sugerimos:-----

1-Adiamento do prazo para mais 40 dias a data inicial definida, ficando para 24 de junho de 2024.-----

Assim, a representação Municipal da Iniciativa Liberal da Batalha propõe que a Assembleia Municipal delibere, na sua reunião de 29 de abril de 2024,»-----

Apresentada a presente recomendação, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a mesma à discussão.-----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** que após cumprimentar todos os presentes referiu que: «a ideia até pode ser interessante para os que estão mais atrasados, mas na verdade só nos vai complicar a vida, por uma razão muito simples, estamos agora a abrir um processo até 14 de Maio para todos aqueles que ainda não aproveitaram das alterações efetuadas o ano passado, estamos a fazer a publicidade devida a isto, aquilo que queremos é não perder mais tempo, temos mais dois anos para tentar reverter coisas que sejam úteis para o concelho. As empresas vêm bater à porta da Câmara para se instalarem, não há casas, vão-se embora, querem mais anos assim? Estamos todos os dias a perder essas oportunidades, porque agora para alterar, tem que ir à Câmara a alteração, publicação no Diário da República, torna a haver novo prazo, depois andamos sempre nisto, daqui a nada perdemos um ano.»-----

Usou da palavra, o senhor deputado municipal **Ricardo Vala**, que após cumprimentar todos os presentes, afirmou que não seria por mais uns dias que iria cair o "Carmo e a Trindade", porque «estamos a falar de pessoas que ainda estão a tratar de determinados assuntos, esclarecimentos



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 5 de 40

com arquitetos, engenheiros, por isso deixa à consideração do executivo, mas acha que 15 dias é muito pouco.»-----

Neste âmbito, tomou a palavra o senhor deputado **Alfredo de Matos**, que após cumprimentar todos os presentes, afirmou que se fosse legalmente possível fazer este adiamento, pensa que não se perdia nada com isso, afirmando: *«podemos dar oportunidade a muita gente que não teve conhecimento ou que por qualquer outra forma lhe escapou, conseguir documentos, conseguir falar com outras pessoas, junto a familiares, acho que não perdemos nada com isso, isto é o que eu entendo que este processo a correr bem demorará 4 ou 5 anos, portanto 30 ou 40 dias a mais, não fará grande diferença neste processo. A última revisão do PDM levou 10 anos a fazer, se conseguíssemos fazer esta em 4, 5 anos, penso que as coisas corriam bem, penso que não é uns dias a mais que iria atrasar muito o processo»*.-----

Usou da palavra o senhor deputado **Francisco Coutinho**, que após cumprimentar todos os presentes, expressou a opinião de que adiar, conforme proposto, parece-lhe que: *«pode trazer embrulhos para a própria Autarquia. A Autarquia tem a sua dinâmica, tem o seu plano de atividades, ganharam o resultado da população que lhes deu esta vantagem e, por conseguinte, a única coisa que eu via com melhores olhos era que a Autarquia reforçasse a publicidade que a experiência que a gente tem destas coisas é que no dia 29 aparece gente, a solução seria reforçar e dar maior amplitude a esta divulgação»*.-----

Não havendo mais, intervenções, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a Recomendação à votação, tendo sido a mesma **aprovada, por maioria com onze abstenções**.-----

----- ** -----

Posteriormente, foram abertas as inscrições para que os Senhores Deputados Municipais pudessem ainda intervir sobre outros assuntos, antes do período da ordem do dia.-----

Assim, deu início a este período o senhor deputado municipal **Carlos Santos**, que após cumprimentar todos os presentes, passou a referir: *«há quase dois anos, congratulei-me aqui com um projeto que tinha vindo para o Município, mais propriamente, para ser instalado na escola, um Centro Tecnológico Especializado, que traria valências específicas para a formação dos cursos profissionais que ministram na escola e passado este tempo, aquilo que eu constato é que, de facto, ainda não se vê nada realizado, não há obra feita, o equipamento certamente já poderá estar contratualizado, mas não está instalado. A minha pergunta é, se porventura, o projecto está parado, se há mais sinais, porventura já está alguma coisa a andar? e também reforço a ideia de que, a haver a empreitada, de facto, entretanto, soube por estes dias que algumas empreitadas já estavam em curso, nomeadamente obra e equipamento, se isso não irá influenciar o início do ano lectivo para os cursos profissionais que iriam usufruir daquele equipamento? ou seja, não estejamos nós aqui a tentar preparar uma sala, um laboratório, as experiências e mais, para que possa ser utilizado apenas a meados do ano lectivo que vem, era esse o esclarecimento que eu queria. Sabemos que o Município trabalha a par com o Agrupamento de Escolas, mas certamente haverão reuniões em que todos esses assuntos são abordados em conjunto, queria esse esclarecimento da Assembleia.»*-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 6 de 40

Seguidamente, tomou a palavra o senhor deputado **Alfredo de Matos** que, após cumprimentar todos os presentes referiu que, gostava de esclarecer dois assuntos: «*um diz respeito ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, que ainda há bocadinho acabou por nos brindar com uma frase que não é sua “não tenho informações a dar”, eu é o quinto mandato que faço na Assembleia Municipal, mas é o primeiro em que vejo que o Presidente nunca tem correspondência para ler, nunca tem informações para dar, passa de imediato à ordem de trabalhos, refugiando-se na sua vontade de não querer comunicar connosco. Eu acho que há coisas que o senhor Presidente devia partilhar com a Assembleia, nomeadamente nós, há cerca de dois anos que aprovámos aqui a adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais. Com certeza, não vou acreditar que o senhor Presidente ao longo deste tempo todo, não assistiu a várias reuniões da Associação de Municípios ou da Associação das Assembleias Municipais, mas a verdade é que até hoje não nos comunicou rigorosamente nada do que se passou nessas reuniões, dos benefícios que nós tirámos enquanto Assembleia Municipal da Batalha, da adesão a essa Associação, que fomos evitando ao longo dos tempos, mas por vontade do senhor Presidente da Assembleia, acabámos todos por concordar com a adesão. Agora até hoje, nunca partilhou connosco experiências, conhecimentos, o resultado dessas reuniões e eu penso que isso era bom para nós e isso justificaria a nossa adesão, a quota anual que pagamos e tudo isso.----- Já tive também oportunidade de lhe dar os parabéns pela organização das comemorações do “25 de Abril”, que representou a Assembleia, mas tal como lhe disse, embora eu seja de opinião que realmente as comissões unipessoais são as que funcionam melhor, acho que um evento desta natureza teria merecido uma comissão alargada, onde todos dessem a sua opinião e que pudesse não ficar reduzida só aquela cerimónia que fizemos nas Capelas Imperfeitas, que pudesse transmitir por mais eventos e mais locais ao longo de mais tempo, ao longo do ano. Penso que teria sido interessante, termos uma comissão mais participativa em relação à Assembleia Municipal, onde todos dessem alguma opinião. Limitámo-nos a aceitar e concordar com as escolhas que o senhor Presidente da Assembleia fez, para os festejos da sessão solene do “25 de Abril”. Já lhe dei os parabéns, porque acho que foi bem organizado, penso que poderia ter sido melhorado, se tivesse o contributo de mais gente. -----*

Outro assunto que eu gostaria de falar, diz respeito à FIABA, que se está a aproximar. A feira do artesanato, que é mais uma feira de comes e bebes, do que de artesanato e de convívio e é importante para a terra, é um evento que começou já há bastantes anos e penso que veio para ficar. Não tenho dúvida que para esse evento, aquelas duas tendas que costumam ser montadas têm ocupação e são indispensáveis para que aquilo funcione bem, até porque, às vezes temos irregularidades no tempo, meteorológicas e que convém realmente a existência daquelas tendas, o que eu não entendo que se justifique, é que elas sejam montadas com tanta antecedência e sejam desmontadas passado tanto tempo, aquela praça permite que as pessoas possam usufruir, principalmente no verão daquele espaço e a montagem das tendas durante tanto tempo, impede o usufruto daquele espaço. Eu penso que não se justifica que elas fiquem montadas, da FIABA até às “Festas de Agosto”. Penso que não se justifica e que é preferível que se faça a desmontagem e que



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 7 de 40

depois sendo necessário, se faça a montagem das tendas. Agora, eu entendo que nas "Festas de Agosto" não se justifica a montagem de mais do que uma tenda. Penso que é um exagero de gastos e é um exagero, principalmente de perturbação do espaço, a existência de duas tendas, naquele sítio, elas impedem o usufruto, impedem que se desfrute da visibilidade para o Mosteiro. Penso que são um impacto negativo naquela zona, portanto, uma pode justificar-se nas "Festas de Agosto", compreendo isso, agora não compreendo que fique montada durante tantos meses, começam a montar em maio e acabam por desmontar no final de agosto, portanto, os meses em que podíamos usufruir daquele espaço está ocupado pelas tendas, que embora, sejam vantajosas para usufruir daqueles dias, são um impacto negativo e um estorvo para a utilização daquele espaço, portanto, propunha à Câmara que estudasse bem o assunto, que visse que, em agosto uma tenda é mais do que suficiente, para que algumas tasquinhas funcionem nessa época e a outra, aquela tenda do lado sul que simplesmente não fosse montada. Permitia-nos uma vista para o Mosteiro e permitia usufruir daquele espaço durante a época das festas. -----

Outra coisa, não sendo eu especialista em segurança, vim aqui às "Festas de Agosto" e vi que, aquele espaço do meio, que tinha umas outras tendas, penso que são nossas, onde estavam artesãos ou possíveis artesãos, estavam no meio, não só impediam a visibilidade para a parte do palco, como dificultavam em termos de segurança, penso que devia estar liberto. Se houvesse um problema qualquer, as pessoas não tinham por onde sair, houve dias em que, inclusivamente fecharam o acesso, porque já não cabia lá mais pessoas dentro, portanto, se houvesse um problema qualquer lá dentro, nós tínhamos ali uma situação grave, porque nas laterais aquilo está fechado, só havia aquela parte da frente, eu penso que aqueles arcos de entrada podiam lá estar, não havia era a necessidade de estarem as outras baias a fechar aquilo completamente, de forma que ninguém pode passar senão naquela zona restrita porque pudessem fazer isso, que era fechar, ainda por cima, essas baias são colocadas a diminuir o espaço e não aumentar. Aquelas tendas que estavam no meio, se fossem transportadas para a lateral, para o sítio onde estava a tenda do lado seguro que no meu entender, não faz lá falta nenhuma, deixaríamos o espaço do meio livre, permitia a visibilidade, se houvesse muita gente que ficasse cá fora, via na mesma a zona do palco, assistia aos concertos da parte de fora e facilitaria a movimentação das pessoas. Deixo essa recomendação, porque às vezes as coisas não se fazem, porque ninguém as diz e ninguém as vê.»-----

No seguimento da intervenção do senhor deputado Alfredo de Matos, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** expressou o seguinte: "começo por dizer ao senhor deputado Alfredo Matos, que tenho muito apreço e consideração pelas suas palavras e opiniões e, curiosamente, no que se refere à nossa participação na Associação Nacional de Assembleias Municipais, eu ainda pensei fazer hoje, um apanhado geral da participação e dos resultados que daí tem vindo, de qualquer modo, como no próximo dia 18 de maio há um Congresso Nacional da ANAM em Barcelos, eu entendi que deveria fazer esse apanhado e essa síntese na reunião a seguir, só por isso, porque realmente nós temos recebido bastantes publicações, ou quando vou a encontros, são oferecidas aos representantes dos municípios, neste caso, aos Presidentes das Assembleias Municipais, mas foi só por isso que



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 8 de 40

entendi que, a partir de 18 de maio, na reunião seguinte, poderia fazer essa avaliação que muito bem solicita e que eu devo prestar contas, portanto, aceito completamente a sua sugestão. Muito obrigado por o ter feito, mas também tenho que lhe dizer com toda a honestidade que foi isto que acabou por prevalecer no meu pensamento, em relação à ANAM. -----

Concordo também consigo, nas celebrações do "25 de Abril". Na realidade, aqui há uma dinâmica que é nova, que é a questão de fazermos este modelo ou concretizar este modelo de celebração. Já o fizemos o ano passado e este ano fizemos outra vez, mas, de qualquer modo, é um modelo que pode ser reequacionado, muito mais potenciado, como vemos noutros concelhos e, portanto, sim, com toda a cordialidade, aceito a sugestão e dou-a por muito boa e é o que farei. Da minha parte acionarei esse processo, de uma comissão mais alargada, para pensarmos no assunto de uma forma mais abrangente e mais participativa, portanto, tenho a agradecer a sua recomendação. Muito obrigado».-----

Usou da palavra a senhora deputada **Elodie Zeferino** que após cumprimentar todos os presentes, passou a expor «Hoje venho falar sobre o Orçamento Participativo, uma medida que foi recuperada aqui na nossa Assembleia. Queremos saber o ponto de situação do Orçamento Participativo, uma vez que, segundo aquilo que é a informação que está disponível no site dedicado a esta medida, os prazos para submissão de propostas, para reclamações e até para votação, já foi ultrapassado, portanto, em bom rigor, já deveríamos até ter divulgado os projetos que foram vencedores, a 18 de abril ou a partir de 18 de abril. A minha pergunta é, se receberam propostas e qual o ponto de situação desta medida?».-----

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que solicitou autorização para que fosse o senhor Vice-Presidente, Carlos Monteiro, a intervir, na resposta ao senhor deputado Carlos Santos e à senhora deputada Elodie Zeferino, no tocante à resposta ao senhor deputado Alfredo de Matos, solicitou a intervenção da senhora vereadora Mónica Cardoso.-----

Neste seguimento, tomou a palavra o senhor **Vice-Presidente**, Carlos Monteiro, que após dirigir os habitais cumprimentos a todos os presentes, dirigiu os devidos esclarecimentos; «Relativamente ao CTE, Centro Tecnológico Especializado, o Agrupamento de Escolas da Batalha, em colaboração com o Município abriu o procedimento de concurso. Ele está, neste momento, adjudicado por uma módica quantia de cerca de 270.000 euros e está na fase de entrega de documentos para o contrato. O prazo de execução é até ao dia 31 de dezembro de 2024. É uma empreitada e já está neste momento em preparação, para os equipamentos do concurso internacional. Lembro que este projeto no âmbito do PRR termina em 2025, portanto, a meio do próximo ano e obviamente que este atraso deveu-se a dois fatores, na abertura deste concurso de empreitada: O concurso ficou deserto na primeira fase, devido ao valor, o valor ficou aquém, as empresas não concorreram e houve efetivamente uma autorização do Ministério da Educação aprovar a possibilidade de abertura de procedimento concurso, que devo dizer que o concurso é lançado pelo Agrupamento de Escolas da Batalha.-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 9 de 40

Relativamente ao Orçamento Participativo, já existem propostas, vão ser analisadas até meados do próximo mês. De acordo com os procedimentos que estão delineados já nas fases do Orçamento participativo, como tem vindo a ser até aqui. Eu não sei precisar, mas vou-lhe dizer que são entre 5 a 6 propostas apresentadas, essa fase de análise será também comunicada ao Executivo para depois dar conta e concluir o procedimento».-----

De seguida, usou da palavra a senhora vereadora **Mónica Cardoso**, cumprimentando todos os presentes, passando a responder às questões formuladas pelo senhor deputado Alfredo de Matos: «No que concerne à estruturas da FIABA e das “Festas de Agosto” como nós as conhecemos, vocês bem sabem que este modelo foi introduzido com a remodelação, digamos assim, do espaço afeto ao Parque de Eventos que, tinha subjacente um “layout” já previamente definido, ou seja, toda a estrutura foi previamente definida com um “layout” que implica a que seja implementada da forma como está, nomeadamente, quanto à questão das cozinhas, e também às ditas barraquinhas do artesanato. Essas barraquinhas do artesanato, só existem realmente na FIABA, onde o afluxo de pessoas não é, nem tem nada a ver, com aquilo que acontece nas “Festas de Agosto”, porque nas “Festas de Agosto”, o espaço fica livre, o espaço que está subjacente às duas tendas fica livre, não obstante isso, o ano passado ficaram quatro institucionais, tanto que, esse fecho que o Alfredo estava a falar, relativamente às portas, foi nas festas de Agosto do ano passado e no dia em que estive o Richie Campbell, porque efetivamente a lotação foi ultrapassada e por questões de segurança. Até porque, cada um destes eventos, como vocês sabem, têm subjacente um plano de segurança que está definido, portanto, quando essa lotação foi atingida, fecharam-se as entradas, para que não houvesse problemas. Não obstante, existem também, zonas de saída de emergência que estão previamente definidas e essas barraquinhas só estão implementadas na FIABA. Nas “Festas de Agosto”, elas não estão, estiveram no ano passado quatro, só à entrada, na zona da entrada das Festas de Agosto, porque há dois anos não estava nenhuma colocada. Estavam, se não me engano, oito barraquinhas institucionais à entrada das Festas, não estavam mais. É uma questão de ver as fotografias e perceber, porque na FIABA é onde efetivamente são colocadas essas estruturas para dar a possibilidade dos artesãos exporem o artesanato, isso não se aplica nas “Festas de Agosto”. A questão relativamente à permanência das tendas efetivamente, quando se montou caderno de encargos, está definido o prazo de desmontagem das tendas que coincide no dia imediatamente a seguir ao término da FIABA. Há 2 anos e quando se implementou pela primeira vez, a estruturas da FIABA e das “Festas de Agosto”, por questões de que tinham a ver com o piso, não era possível colocar estruturas que fossem suscetíveis de ser, digamos, que presas ao chão, tinham que ser uma estrutura por causa da fragilidade do solo, tinham que ser estruturas que não são objeto de perfuração, digamos assim, então dados os danos que foram provocados durante a colocação das tendas, optou-se para que não fossem criadas mais fissuras no solo que não aguentou devido às fragilidades, como eu disse que ele tem a colocação da estrutura, optou-se por permanecerem lá, percebemos que não funcionou e o ano passado, embora também tenha sido pedido e o caderno de encargos prevê que a empresa no dia imediatamente a seguir ao fecho, ao término da FIABA, fossem



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 10 de 40

levantadas, a empresa propôs que se mantivessem ali, porque não tinham pessoas para o fazer, no passado foi um ano atípico, no diz respeito ao trabalho que eles tinham, não conseguiriam em tempo útil, arranjar equipas para que fossem desmontadas e foi então proposto que elas ficassem a custo zero, portanto, a Câmara não suportou qualquer tipo de encargo, por elas permanecerem até as "Festas de Agosto" e volto a referir, por uma questão de logística a incapacidade por parte da empresa a quem foi adjudicada estruturas. Este ano, mais uma vez, aquilo que foi solicitado é que elas sejam efetivamente desmontadas logo após o término da FIABA e está a ser equacionado um novo modelo de estruturas para as "Festas de Agosto", até para ver se de alguma forma, conseguimos ultrapassar o impacto que estas têm, porque vocês sabem que são tendas muito grandes, mas realmente tem a ver com a questão da fragilidade do solo que não permite que qualquer equipamento se adeque ali às instalações. Sim, Alfredo é uma possibilidade e até nós querermos, contemplar um outro modelo que não fosse tão impactante, digamos assim, nas festas, mas vamos ver, porque também tem a ver com a questão do tempo, não é, porque nós até tentamos colocar uma coisa menos impactante, mais pequena, mas temos sempre a questão do tempo e como aconteceu o ano passado com aquelas chuvas torrenciais, se nós não tivéssemos as tendas era impossível manter o funcionamento das tasquinhas, como vocês conhecem, portanto, temos aqui que jogar com várias questões, mas efetivamente é esta a questão que está subjacente.» -----

Usou da palavra o senhor deputado Eduardo Veiga, que após cumprimentar todos os presentes, referiu que «estamos perto de fazer três anos que fomos eleitos e, basicamente, a nossa função é opinar, ajudar, transmitir ideias e trazer dúvidas, questões dos munícipes. As questões aqui são respondidas com respostas vagas, breves. Entretanto, estamos quase naquela fase e continua tudo, tudo parado. Vou dar um exemplo, uma pessoa compra uma casa, um apartamento, ali ao lado da creche, ficou entusiasmado quando eu lhe disse que ali ia ser uma creche, muito entusiasmado, depois quando lhe disse que estava parado há três anos, deviam ter visto a desilusão na cara dele, porque vê ali uma casa, um prédio quase devoluto ao lado de prédios novos e ficou completamente desiludido por causa disso. Gostava de saber mais uma vez, se há previsão para uma data certa para o arranque da obra, porque as pessoas começam a desesperar, compram casa ali na esperança de ter ali a Creche e a Creche, nada. -----

Outra questão da população, tem a ver com as obras, com o alcatrão. As pessoas gostavam de ser esclarecidas sobre qual é o critério exato para a escolha de alcatroar aquela estrada e não alcatroar a estrada ao lado, por exemplo, a estradas que estão a ser arranjadas ou vão passar a ser arranjadas na freguesia do Reguengo do fetal, outra questão, que eu ponho ao Senhor Presidente, foi-me proposto que não entregassem a moção aqui há perto de um ano, porque o projeto de sistema de vídeo vigilância estava em marcha pela Câmara e gostaria de saber em que ponto é que está esse projeto que está em marcha pela Câmara. Uma última questão tem a ver com a linha de muito alta tensão que a discussão pública já terminou, teve mais de 400 participações e gostava de saber também em que ponto é que está essa situação» -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 11 de 40

De seguida, usou da palavra o senhor deputado **Fernando Marques**, que após cumprimentar todos os presentes, informou que o tema da sua intervenção se relaciona com o Associativismo: *«Querida aqui esclarecer que as Associações passam dificuldades e que a taxa de inscrição no ano passado na FIABA foi de 300 euros por cada Associação e este ano passou para 500 euros. Nós compreendemos que exista uma taxa, mas passar de zero para 300 e depois para 500, achamos que é um bocadinho alto. Outra preocupação que temos, é sobre aquela formação da Proteção Civil que tivemos aqui, sobre Segurança Contra Incêndios, para as Associações. Foi realmente uma formação muito boa, muito técnica, que sabemos que é de Lei, mas que em termos práticos, não temos nada, nenhuma Associação está a cumprir e acho que é utópico até de se conseguir cumprir com todas as normas que foram aqui apresentadas e, portanto, solicitamos à Câmara que nos ajude, que ajude as Associações faseadamente para preparar os projetos técnicos, para que possamos estar todos dentro da legalidade.»* -----

O senhor deputado municipal **Nuno Santos**, após cumprimentar todos os presentes, apelou ao Executivo, Vereadores presentes no público e deputados municipais, para terem em atenção ao tempo de encerramento das piscinas municipais, passando a referir: *«a piscina já esteve encerrada aqui há uns tempos atrás, por causa de obras que não foram executadas. Agora vai entrar novamente em obras, não compreendemos e não sabemos também, qual o teor da obra para demorar quase cinco meses, aquilo que nós pedimos à Câmara é que tenha em atenção esses prazos e como vão ficar os alunos e os utilizadores da piscina, privados dessa instalação municipal, que não deixem a obra atrasar e que a obra esteja pronta no início do novo ano letivo. É isso que nós pedimos, que tenham essa atenção para que não haja atrasos, nem obras paradas novamente»* -----

Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, o qual iniciou os devidos esclarecimentos aos senhores deputados, começando por dar resposta ao senhor deputado Eduardo Veiga: *«quando afirma que as respostas, muitas vezes são vagas, nós damos as respostas àquilo que é possível dar, não podemos estar a inventar, portanto, também nós sofremos esse problema com os nossos fornecedores, ora estão, ora não estão, portanto, é que às vezes não conseguimos, enfim, também as gostaríamos de ter para nós, mas hoje estamos a atravessar uma crise, é transversal ao país todo, de alguma irresponsabilidade de fornecedores naquilo que se trata de cumprir os prazos a que estão sujeitos e a verdade é que entre fornecedores e empreitadas, se retirarmos aquele fornecedor se calhar, depois não temos aquele material para fornecer, portanto, não podemos estar na expectativa de vir a concretizar esses fornecimentos. Quanto ao plano de reabilitações das vias, infelizmente, o concelho que tem um défice bastante elevado, vias em má situação, toda a gente percebe isso e, portanto, nós não temos é capacidade de resposta sob o ponto de vista financeiro para atacar tudo. Temos dois níveis de intervenção, tem a ver um, com o protocolo que fazemos com as freguesias, para escolherem quais são os arruamentos que devem ser beneficiados no ano a que se referir, que todo os anos têm determinado valor, foi acordado entre todos a distribuição desse valor e tem-se feito alguma coisa, na prática. No ano de 2023 está pendente, possivelmente, vamos ter que avançar com aquilo que*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 12 de 40

respeita a três freguesias e a outra, quando tiver condições, lançaremos o procedimento para essa mesma freguesia. Estamos agora também, na expectativa de saber quais são as obras que entendem que devem ser preparadas para a intervenção ainda em 2024 e, portanto, isto é o nível daquilo que estamos a fazer em colaboração com as freguesias, tentar diminuir o impacto que muitas vezes as estradas se encontram. Este ano, vamos fazer pela primeira vez, um plano de intervenções, não diria que é um “tapa buracos”, não se trata só de tapar o buraco, trata-se de fazer a plataforma, de modo a que aqueles buracos que existem, possam ser mitigados, vamos ver. Penso que em uma semana ou duas vai para a rua, portanto, vamos ter que aguardar para ver se efetivamente temos ou não temos condições de minimizar os impactos que tem havido. -----

Em relação à videovigilância, está nas mãos da GNR, a Câmara desenvolve o projeto, quem faz o plano é a força de segurança local que tem esta incumbência, portanto, tem demorado tempo, mas é o que é, e não podemos ultrapassá-los, o processo e a tramitação disto, há-de ser proposto à Câmara. Penso que agora, a proposta da GNR para a divisão de videovigilância na Vila e, naturalmente, depois o Executivo terá que se pronunciar, se está de acordo com aquela proposta ou se eventualmente, haverá alguma outra alteração. -----

Quanto à alta tensão, neste momento, estamos à espera que haja uma decisão da APA em relação ao que esteve em discussão pública e, a partir daí, dois caminhos se põem, não aceitaram a proposta da REN e, portanto, vamos ver qual é a alternativa, fazem decisões sobre a proposta da REN, temos que ir para a via jurídica e, como já disse, mais do que uma vez, vamos para a providência cautelar, mas, primeiro que nada, há que aguardar a decisão, só pode haver providência cautelar, se houver uma decisão, se não houver, não podemos fazer. -----

Ao senhor deputado Fernando Marques: Associativismo, sim, aumentou-se, comparamos com outros concelhos e estão muito acima disto. A verdade é que a FIABA e as Festas de Agosto, quem vem participar nas tasquinhas e reconhecendo o valor que cada um dá para que seja um sucesso, cada uma das tasquinhas, a verdade é que começa a ser muita apetecível pelos rendimentos que aquilo possa trazer, esses rendimentos feitos à custa de quem lá está a trabalhar, não revertem para a própria Associação, naturalmente, fica ali com um chamado pé-de-meia para poder desenvolver a sua atividade. E é nesse sentido que, abrimos mais inscrições, se houver mais do que dezasseis na FIABA, tem que haver sorteio. Nas “Festas de Agosto”, só há lugar para oito tasquinhas. O facto de se pagar, a verdade é que face aos montantes que, enfim, já são angariados pelos participantes, nós estamos a tentar ajustar algum valor que também impeça que haja algum facilitismo nisto tudo, se houver alguma responsabilidade, no pagamento de uma taxa a participar, querem mais em mente aquilo que não fazer muitos municípios já há muito mais tempo que nós, penso que não é por aí, porque, nós gastamos praticamente com aluguer de estruturas, mais artistas na FIABA e “Festas de Agosto”, com tudo o que está na envolvente deve andar perto do meio milhão de euros, portanto, temos um outro espaço eventualmente coberto, se calhar cobrando mais uns euros num bilhete, se calhar, não era preciso estar a cobrar mais às tasquinhas para se inscreverem e diria eu, portanto,



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 13 de 40

*neste contexto daquilo que nós temos. o facto de passar para os 500 euros, penso que comparado com muitas outros festivais de tasquinhas que estamos muito abaixo disso.-----
Sobre a Formação da Proteção Civil, é evidente que decorre da Lei. Sabemos bem que, estas medidas foram resultado daquilo que se passou em 2017, com o incêndio de Tondela, numa Associação em que depois, no fim daquilo tudo dito e de vítimas a lamentar, foram arguidos quer o Presidente da Associação, quer o Presidente da Câmara. Este é um julgamento, tem tido fases, o Presidente da Câmara já foi libertado durante algum tempo da sua função de arguido e agora tornou a ser chamado para continuar a ser arguido para haver uma decisão final deste processo. Não sei se fará alguma coisa, a verdade é que, temos vítimas a lamentar e, portanto, penso que, a breve prazo, o processo deve estar concluído, também passado este tempo, já era altura disso, aquilo que nós sabemos é que o facto de estarmos a fazer em eventos que nós apoiamos para que os eventuais resultados positivos sejam para as Associações, para o desenvolvimento das suas atividades, aquilo que, apesar de entendermos que não chega, o que fizemos neste momento, em relação a esta matéria, foi falar com alguém para saber qual é o valor que pode levar para fazer o estudo em todas as Associações, porque sem isso, também não sabemos o que é necessário para lá pôr. Os extintores, enfim, uma série de coisas, não é, portanto, a ideia é tentar ver se é possível, nós sabemos quanto temos que contribuir com isto, a ideia é em todas as Associações saberem o que é que têm que fazer, para estar dentro da legalidade, porque se amanhã houver algum problema, esperemos que não, já sabemos o que é que vai acontecer, não é? Tem sido isto e, naturalmente, estamos à espera de ver o que é que isso dá para depois participarmos às Associações, para também fazer o elo de ligação com o Gabinete que vier a fazer as coisas, tem que haver informação adequada e disponibilização disto, de acesso às instalações por parte das mesmas.» -----*

Quanto às Piscinas, solicitou autorização para que fosse o senhor Vice-Presidente, Carlos Monteiro, a proceder aos esclarecimentos.-----

*Neste sentido, tomou a palavra o senhor **Vice-Presidente**, Carlos Monteiro, esclarecendo: «senhor deputado Nuno Santos, de facto, a obra que nós estamos a executar é uma obra estrutural e profunda. Ela vai desde os sistemas, tratamento e filtragem das águas das UTA's, as centrais térmicas, bem como a própria unidade de gestão do sistema. Porque a piscina já tem mais 20 anos e, obviamente que esta, é a empreitada de intervenção de renovação, aproveitando o facto de ela ser canalizada para a Eficiência Energética, para ter enquadramento de apoio, inclusive Comunitário, no qual vamos instalar também, todos os sistemas de painéis, os painéis fotovoltaicos. Esta empreitada já foi adjudicada há bastante tempo, o que se conversou com os empreiteiros, está dividida em seis lotes e aquilo que ficou articulado com eles foi, no sentido de eles na altura entrarem em estaleiro para minimizar o impacto na execução em obra. Portanto, aquilo que está neste momento articulado com os empreiteiros é de quatro meses, no sentido de nós abrirmos a nova época balnear em meados de setembro, obviamente, estamos a contar que haja cumprimento dos prazos, mas é isso mesmo, é uma intervenção de fundo, é estrutural. O ano passado remediámos também o sistema, para ver se conseguimos alimentar e manter as piscinas abertas, porque nós tivemos duas eletrobombas que*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 14 de 40

arderam, pura e simplesmente, tivemos ruturas no sistema com perdas de água significativas e, portanto, não havia hipótese de adiar mais isto. A obra, neste momento, está orçada qualquer coisa como 638, 640 e tal mil euros mais IVA. Daqui a pouco, iremos projetar num slide, o valor exato, obviamente, temos também que fazer alterações na zona de acesso ao balneário, e que vai dispor já de um sistema de torniquetes para fazer um controlo também de abertura automática, face a um sistema de controlo de gestão, que vamos implementar de novo nas piscina, para ser mais eficaz e para funcionar também com sistema de notificação aos utentes, de forma desmaterializada e eletrónica, portanto, é, de facto, uma obra de fundo, já deu início a sua execução e vamos esperar que os empreiteiros venham a cumprir os prazos que foram estabelecidos. »-----

Sucedeu-se a intervenção do senhor deputado Ricardo Vala, que após cumprimentar todos os presentes, alertou para a questão da Linha de muito Alta Tensão, «chamo a atenção, por que parece que em São Mamede existe alguns alisamentos de terrenos para colocar lá os postes, foi uma informação que me foi dita. -----

Ora, eu venho aqui trazer um tema que é a Descentralização de Competências. A iniciativa Liberal pediu esclarecimento ao Executivo Municipal sobre a descentralização de competências relativo anos de 2022 e 2023, visto que a informação relativa a esses anos não está no portal do Governo "Mais Transparência", a informação só consta até 2021 e recebemos por parte do Executivo Municipal essa informação, a qual agradecemos. Caso a nossa interpretação esteja correta, verificamos que os dados recebidos referentes ao ano de 2022 refere que o Município da Batalha teve despesas na área de competência da Educação, dois milhões e quatrocentos e catorze mil euros, e recebeu do Estado um milhão e novecentos e setenta e dois mil euros, teve um saldo negativo de quatrocentos e quarenta e dois mil euros. Em 2023, teve de despesa na mesma competência, dois milhões e quatrocentos e quarenta e seis mil euros e recebeu um milhão e novecentos e cinquenta e nove mil euros. Somando esses dois valores, dá o valor de novecentos e vinte e oito mil euros, convém salientar que o Município recebeu a mais na competência ação social, o valor de 127.000 euros em 2023. Venho solicitar alguns esclarecimentos em relação a essas diferenças: No caso em que a nossa interpretação esteja correta, verificamos um défice de 928.000,00 euros nestes dois anos, fica a pergunta: de quem é a responsabilidade dessa diferença na competência de educação? é do Município ou do Governo Central? se for do Município, refere-se concretamente a quê? Como é que o Município vai resolver esse problema? Se for da responsabilidade do Governo, quando vai ser o Município ressarcido desse valor? Conclui-se que as despesas na área da educação têm crescido e o facto de o Município da Batalha estar a gastar mais do que recebe do Governo central. Verifica-se a falta de equilíbrio entre recursos disponíveis e as necessidades reais. Será que o Governo central não está a fornecer financiamento adequado para corrigir os custos necessários? Ficamos preocupados com impacto na educação que essa falta de financiamento esteja a prejudicar o mesmo, será que não houve a redução de programas educacionais, na falta de recursos para escolas e professores, piorando a qualidade da educação? Será possível a reabertura da negociação para que não haja



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

[Handwritten signature]
Página 15 de 40

insuficiência de recursos e de meios financeiros na descentralização de competência na área da Educação com o Governo central? -----

O concurso da Creche, na última Assembleia, falou-se que iria existir uma consulta preliminar, gostaríamos de saber se, já foi feita e para quando o concurso para finalizar o projeto, para podermos ter a Creche no próximo ano letivo. -----

Residência de Estudantes, peço desculpa voltar novamente a este assunto, mas às vezes temos que ser persistentes no bom sentido. Certamente, todos nós não gostamos de ver o edifício destinado a residência de estudantes sem ter utilização a curto prazo, nesse sentido, queríamos colocar as seguintes questões que gostaríamos que fossem respondidas perante agora o impasse com o IPL: 1. Como funciona o arrendamento aos estudantes, que tipo de renda, quais são os requisitos para alugar um quarto. 2. Durante quanto tempo é obrigado o edifício a ser utilizado como residência de estudantes. 3. Contrato do PRR, que tipo de obrigatoriedade é a sua utilização. 4. Existe a proibição de alugar 20 quartos a estudantes e 8 a professores, não fazem parte do mesmo projeto universitário? 5. Achamos que o protocolo existente entre o Município e o IPL, deveria ser partilhado com a Assembleia, para o caso do Município não o querer fazer, a Iniciativa Liberal irá fazer um requerimento ao Município para a apresentação deste protocolo a todas as bancadas parlamentares da Assembleia Municipal. -----

Passadeira, a 27/2/2023, foi apresentado e aprovado nesta Assembleia, uma recomendação que a Iniciativa Liberal apresentou para colocação de uma passadeira junto ao Parque de Inventos de Santa Maria da Vitória, na Rua Nossa Senhora do Caminho, para que os peões possam atravessar a rua em segurança; Colocação de sentido obrigatório na entrada do parque ou outro meio de sinalização para resolver a deficiente sinalização neste local; Colocação de sinalética de rotunda na rotunda colocada na Rua Nossa Senhora do Caminho, até agora, nada foi feito. Esse espaço é agora muito utilizado pelas famílias, inclusive crianças, já imaginaram a possibilidade de uma criança ser atropelada naquele local? Existe alguma necessidade de estarmos tanto tempo à espera por uma passadeira? Vamos ter a FIABA agora no dia 29 de maio, tentem por favor ter a passadeira colocada nessa altura, acho que era importante! Comunicação de Eventos: Temos tido alguns eventos na Batalha com algum relevo, uns organizados pelo Município e outros organizados pelo Mosteiro da Batalha, queria dar os parabéns ao Executivo e ao Diretor do Mosteiro, que tem tido um papel ativo. Queria deixar uma sugestão ao Executivo e ao Diretor do Mosteiro, aproveitando que as Águas da Batalha pertencem à Câmara, queria sugerir para quando as Águas da Batalha enviassem a fatura mensal, seja por carta ou por email, houvesse a possibilidade de enviar também informação relativa aos eventos a decorrer no próximo mês na Batalha. Essa sugestão é devida porque ainda existe muita gente que não tem conhecimento desses eventos e existem muitos Municípios vizinhos que utilizam essa mesma ferramenta, penso que seria benéfico para todos. -----

Outra questão, que já foi aqui abordado também, é a revisão do PDM, pretendemos saber qual é a visão estratégica para o Concelho nesta segunda revisão do PDM, visto que pensamos que na última revisão do PDM (2ª alteração à 1ª revisão) ter ficado muito aquém do que a população pretendia. Era

importante saber, se vai ser recuperado parte dos 60% do espaço urbanizável que se tinha perdido em 2019. Era importante continuar a ter cuidado de proteger as populações contra as indústrias extrativas e preservar a rede natura 2000. -----

Acabo por finalizar com seguinte, a Iniciativa Liberal está com os batalhenses, as qualidades dos membros da Iniciativa Liberal refletem a integração na política nacional e não só, neste momento, temos um membro da Batalha, Pedro Marques, que é candidato a um lugar de deputado europeu. Relembramos que já tivemos na legislativas de 2022 um membro também da Batalha Dário Florindo que foi candidato a deputado à Assembleia da República. É com essa responsabilidade que, no próximo dia 4 de maio, às 11:15H no Hotel LIS na Batalha, será formalizado o Núcleo Local da Iniciativa Liberal da Batalha, que demonstra o nosso empenho e crescimento, é um momento crucial para fortalecer as bases que temos construído ao longo dos últimos três anos, visando uma Batalha mais próspera, liberal e desenvolvida. Convidamos todos os senhores deputados e cidadãos batalhenses a juntarem-se a nós neste evento especial.»-----

Tomou a palavra o senhor deputado Carlos Jordão iniciou a sua intervenção com os habituais cumprimentos a todos os presentes, passando a referir: «termina por estes dias a limpeza obrigatória dos terrenos, nomeadamente a sua zona envolvente, o que foi feito neste sentido? Por que razão não é o rio limpo há bastante tempo, era limpo de duas a três vezes por ano e as margens ainda mais vezes. É para lembrar que ainda vai chover muito e assim esperamos, em “abril águas mil”, lá diz o povo. No IC 2, a título de exemplo, no sentido Norte-Sul, depois da rotunda da Jardoeira, na curva à direita, é necessário os carros e as motas (o que o que já me acontece), temos que nos desviar para não bater nas canas que ali se encontram e que já invadem a estrada. Já por diversas vezes, falei aos senhores Presidentes da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, nas pedras e pináculos entre o Posto de Turismo e as Capelas imperfeitas, uma vez que não vejo qualquer utilidade a não ser provocar quedas. Parabéns pela exposição sobre o cinquentenário do 25 de Abril.»-----

O senhor Presidente da Câmara, interveio para dar nota ao senhor deputado Ricardo Vala que «não temos qualquer conhecimento, não conhecemos nada disso. Não temos qualquer informação e garantia por via da REN, enquanto não houver decisões, também não fazem nada. -----

Quanto à descentralização, o Dr. Carlos Agostinho irá esclarecer algumas situações. -----

Em relação ao senhor deputado Carlos Jordão, sobre a limpeza de matos, fez-se os editais necessários para que as pessoas cumpram com a lei. Tinham um terminado prazo para fazer essas limpezas. A partir de agora a GNR está no terreno para autuar quem não fez a limpeza. A limpeza do rio, estamos há dois anos, nós e Porto de Mós, não somos só nós, estamos há dois anos à espera de um contrato-programa, um protocolo a ser feito com o fundamento para limpar o rio em toda a sua extensão, dentro de cada concelho, tem havido sempre promessas, a verdade é que, já passaram dois anos, mas esperamos que agora possa haver espaço para haver esse protocolo e realmente haver ali obra de intervenção, porque o rio há anos que não é limpo em condições, temos limitado, enfim, a pequenas intervenções da autarquia que chega a cortar algumas árvores que crescem no meio do rio, também empatam com o curso de água e, portanto, enquanto não houver essa limpeza geral, não



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 17 de 40

temos rio em condições. A limpeza das canas do IC 2 foi feito há duas semanas. Pedras e pináculos no Turismo e Capelas Imperfeitas é das tais situações que quando foram colocados, o objetivo era para impedir outra circulação automóvel, acabaram isso. Não sei se a gente consegue ter ali outra solução para este efeito, que possa efetivamente manter essa interdição.»-----

Tomou a palavra o senhor **Vice-Presidente**, Carlos Monteiro, para esclarecer o senhor deputado Ricardo Vala «*esse email que dirigimos à Iniciativa Liberal, efetivamente, reflete o processo de descentralização, designadamente as despesas inerentes a esse processo de descentralização e respetivas receitas, e se me permite, senhor Presidente, eu iria aproveitar esta oportunidade, para passar um slide ou dois, para perceberem mais ou menos o contexto do ponto de situação da receita e da despesa da educação. No âmbito descentralização e o custo da função no seu total, há diferenças e já vão perceber porquê, mas a primeira questão que eu gostaria de dizer é o seguinte, é que, de facto, a nossa receita no âmbito do processo de descentralização foi em 2023 de 1 Milhão, 959 mil euros. Eu tenho aqui um slide que, vos divulga no ano a receita e a despesa do processo de descentralização na área da educação, na área da saúde não revela aqui a área da ação social, porque ela ainda está em execução e não compreende de todo o ano de 2023, a educação e a saúde, efetivamente estão circunscritas a totalidade de um ano económico. Na educação, as transferências da Administração Central foram de 1,9 milhões de euros, quase 1,6 milhões de euros e, no âmbito desta competência, foram reportadas as despesas que fazem parte desse processo, ou seja, o que dá efetivamente um saldo negativo de 486.924 euros. Eu só vos quero dizer que efetivamente, entre projeto-piloto e a transferência desta competência por força de Lei que foi transversal a todos municípios, houve uma perda efetiva. Não obstante, por exemplo, só para terem uma ideia em 2021, a receita, o valor que era transferido do Estado no âmbito do projeto-piloto era de 1 milhão 958 mil 949 euros, no entanto, em 2023, este valor praticamente não evolui, mas em cima deste processo já temos outra responsabilidade. Foi a gestão dos refeitórios, do Agrupamento de Escolas da Batalha e o concurso adjudicado desse refeitórios e refeições escolares foi de 369.373 euros, o que significa que, efetivamente há um agravamento do contexto global de exploração por via do processo de descentralização. Também vos quero dizer que ainda há valores a receber que transitam de um ano para o outro que tem a ver com parte das AEC'S e que o Orçamento de Estado nesta fase de transição em dezembro, nos comunicou que iria resolver esse assunto, portanto, houve agora uma transição de Governo. Eu penso que irão honrar esse compromisso, portanto, a esta perda efetiva, no que diz respeito a função educativa no seu todo, ou seja, quanto é que custa no município a função educativa no seu todo, com exceção dos investimentos e qual é a despesa inerente, ainda há pouco disse que a função educativa, transferências do Orçamento de Estado são de 1,9 milhões, 1,6. sensivelmente, as famílias contribuem aquelas medidas do apoio à família, a receita global entre refeições escolares, o prolongamento de horários e o ATL., o valor foi de 417.000 euros e o Fundo Social Municipal contribui para esta vertente da educação com 386.000 euros, o que significa que o custo da função educativa para além, de todo o processo da função educativa no âmbito da descentralização, mais as competências que já tínhamos anteriores à descentralização, o valor da despesa global é de 2,8*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 18 de 40

milhões de euros. A receita, peço desculpa, a receita, na despesa, haver essa função custa qualquer coisa, custou qualquer coisa como 2,9 milhões de euros, portanto, 2 milhões 992 mil euros, portanto, estamos a cerca de 200 e poucos 1000 euros de diferença ainda negativas. Quero dizer-vos também que todo o processo de reabilitação das escolas, a negociação com o Estado português foi, no sentido de colocar a requalificação nas escolas, neste caso escolas centenárias para dentro do processo da ITI e, portanto, os projetos de reestruturação de regeneração dessas escolas. A componente de investimento será concretizada por via da ITI, portanto, é este o espelho global. -----

Nós já tivemos anos em que a função educativa teve quase praticamente equilibrada e, obviamente, com este processo tem integração das refeições escolares também do Agrupamento de Escolas, não obstante, desde 2021, até esta data, o valor transferido pelo Estado ter sido o mesmo, agravou-se por via da despesa, foi de mais 369.373 euros de refeições do Agrupamento, não foi opção do Município, atenção, a gestão dos refeitórios escolares vem efetivamente, no quadro das transferências do Orçamento de Estado e foi uma obrigatoriedade e, portanto, é o espelho global, aliás, hoje mesmo estivemos a discutir isto também, na reunião do executivo e foi esta análise, nós tivemos aqui um processo, a mesma Lei de bases não mantém as mesmas atividades no quadro da negociação do projeto-piloto. Eu quero dizer vos que, o projeto-piloto remonta a 2015 e, portanto, o mesmo quadro de responsabilidades não foi feito no âmbito desta transferência por obrigatoriedade da Lei e, por outro lado, há também aqui alguma reversão do processo, se, por exemplo, a gestão da Ação Social Escolar, já está a ser executado em moldes diferentes daquele que tinha sido a Lei de Bases inicial e, portanto, estamos aqui num processo de reajustamento, tentar perceber qual vai ser a política encetada agora pelo novo Governo, com as novas políticas e medidas para o processo de descentralização. Só para dar então esta nota para perceberem globalmente qual é o estado da arte, nas despesas, as outras despesas de educação têm refeições do primeiro ciclo e jardim-de-infância, tem transportes escolares do terceiro ciclo, tem as salas das AEC's e outras atividades complementares.» -----

Aproveitando o tema, o senhor deputado **Arlindo Marques** perguntou, se estava contemplado o um por cento do IRS que seria atribuído a esta componente para apoiar as famílias, tendo o senhor **Vice-Presidente** respondido que seria abordado mais à frente, no ponto da prestação de contas, onde iria esclarecer. Prosseguindo, relativamente à Residência de Estudantes, concluiu: «foi-nos comunicado que, efetivamente já entraram lá cinco estudantes desde o início do protocolo, pelo Senhor Diretor do IPL, o Eng.º Carlos Rabadão e que apenas neste momento, frequentam a residência dois alunos e desistiram três, quero dizer que há aí questões, relacionadas com espaços escolares, nós já tivemos também uma reunião com a Rodoviária do Tejo. Intensificámos um programa de linhas através do Gira Batalha no sentido que houvesse uma circulação permanente nos horários compatibilizados com o IPL, portanto, todo esse processo está garantido, mas efetivamente a referenciação dos alunos é realizada pelo IPL, pelos serviços da Ação Social do IPL. O protocolo é nesse sentido, obedece também à matriz daquilo que é a cooperação no âmbito do PNAIS, foi o programa que também financiou a Residência de Estudantes que tem objetivos. Relativamente ao protocolo, está divulgado e foi à



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 19 de 40

reunião de Câmara, obviamente, faremos chegar ao senhor Presidente da Assembleia para amplamente terem conhecimento de toda a base que sustenta esta parceria. Como sabem, existem objetivos contratualizados anualmente, tem que obedecer uma percentagem de ocupação e, portanto, podem avaliar efetivamente, em função da redação do documento e da Lei que regula o PNAIS, podem verificar quais são as obrigações e os deveres de cada uma das partes.»-----

Terminada a intervenção do senhor Vice-Presidente, e não havendo mais inscrições, o senhor Presidente da Assembleia deu por terminado este período.-----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

O senhor Presidente da Assembleia deu início ao período de intervenção do Público, período para o qual a Mesa recebeu uma inscrição.-----

Neste âmbito, deu início ao presente período, o senhor **Telmo Manuel da Conceição**, cuja intervenção incidiu sobre “Viver Abril – Exposição 25 de Abril 1974, Vivências e Memórias ...”.-----

Intervenção do senhor Telmo Manuel da Conceição:-----

«Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Mesa, o Executivo Municipal na pessoa do seu Presidente da Câmara, as Senhoras deputadas, Senhores Deputados, Público em geral, Comunicação Social, eu pedi, solicitei esta intervenção pelo seguinte, eu fiz um vídeo, ofereci-o ao município, de promoção da exposição “25 de Abril 1974 vivências e memórias”. Só que nesse vídeo eu fiz um agradecimento geral das entidades que permitiram expor na Galeria Mouzinho de Albuquerque, só que a gravação foi feita no interior da Galeria, fez muito eco e era imperceptível a mensagem que eu quis transmitir, por isso, estou aqui com muito gosto, de qualquer forma, quero dizer o seguinte. A exposição é uma exposição viva, está a crescer, uma opinião muito pessoal sobre as comemorações do 25 de Abril ou de Abril. É que, o nosso passado é histórico e as comemorações estão muito focadas no passado, no meu entender, devem ser focadas no presente e especialmente preparar o futuro, porque acabando a geração que viveu 25 de Abril e quando se deu o 25 de Abril, eu tinha 15 anos, era jovem e continuo a ser jovem, mas tenho mais de 50 anos, portanto, a partir daqui, 10, 15 anos, mais, a geração que viveu 25 de Abril, como se costuma dizer, já está no outro lado e os nossos jovens têm dificuldade e todas as gerações futuras vão ter dificuldade em compreender os momentos, os sentimentos e aquilo que proporcionou aquela madrugada de Abril e, pessoalmente, o que é que eu interpretei? Interpretei que devia de comemorar o cinquentenário através da Arte Popular. Convidei um conjunto de artistas populares que, com todo o seu empenho e toda a sua arte, construíram as peças que estão em exposição, começaram com 7 peças, neste momento, já tem 25 há-de ter mais, se tudo correr da melhor forma, acontece o seguinte. A exposição é temporária, ela vai ser levantada no dia 2 de maio e vai para o Hospital Termal das Caldas da Rainha, o Hospital mais antigo de Portugal. Depois vai para Pedrógão Grande em junho. E eu lanço aqui um repto ao Município, da minha disponibilidade de que esta exposição não deve ser uma exposição temporária, deve ser uma exposição permanente, não temos capacidade de ter em cada Município um Museu relacionado com 25 de Abril, mas temos capacidade, com certeza de ter dentro do Museu Municipal, um espaço que se possa chamar “Abril” e que contenha esta exposição mais rica com a participação



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 20 de 40

de artistas populares locais. Eu lanço esse repto e da minha parte, a Batalha pela forma que recebeu a exposição, tem prioridades no aspeto de fazer-se essa opção, portanto, é com muito, muito gosto que vos deixo aqui esta circunstância. Por outro lado, queria deixar aqui, uma sugestão que poderia melhorar a atenção entre os visitantes que visitam o Mosteiro e as exposições na Galeria. Acho que, devia de haver uma relação de informação para que as pessoas não passassem ao lado, não estou a falar da minha exposição, atenção, estou a falar das exposições futuras que estarão presentes e muito bem na Galeria Mouzinho de Albuquerque, o espaço é "sui generis", é mítico e, portanto, devia de haver uma relação mais próxima de informação às pessoas, que visitam o Mosteiro e com a Galeria, com as exposições que vão lá estar. -----

Aproveito para fazer um agradecimento muito especial e muito sentido, desde o grupo de Concertinas do Rancho Folclórico Rosas do Lena, que abrilhantou a inauguração desde o Executivo da Junta de Freguesia da Batalha na pessoa do seu Presidente e do seu Executivo, do Diretor do Mosteiro da Batalha e do Executivo Municipal. A todos o meu obrigado e estarei sempre pronto a colaborar da melhor forma. Só uma última afirmação, às 16 horas de hoje passaram pela Galeria, pela Exposição 634 pessoas, não contando com o dia da abertura, portanto, eu acho que isto é relevante. Por sua vez, o livro da exposição tem por volta de 100 anotações elogiosas e fui ver se haveria alguma menos positiva e não a consegui encontrar. Portanto, isto é sintoma de que os factos falam por si. Obrigado a todos, os maiores êxitos pessoais e funcionais ao Município da Batalha. Obrigado.»-----

Terminada a intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu ao Senhor Telmo Conceição, pelas suas palavras e afirmou «admiro o seu empenho e entusiasmo nestas memórias de Abril e a importância que dá a projetar Abril no presente e para o futuro e esse é realmente um desígnio fundamental. Muito obrigado, mais uma vez.»-----

Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia deu por findo este período. -----
O senhor Deputado Carlos Santos ausentou-se da Reunião eram 22:30H. -----

----- ** -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

Passou-se, de seguida, à análise dos pontos abaixo designados, constantes da Ordem de Trabalho:----

Ponto 1 - Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; - -----

Ponto 2 – Apreciar e deliberar sobre os movimentos ocorridos no Inventário Municipal (ano 2023), ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; -----

Ponto 3 – Apreciar e deliberar sobre a declaração de nulidade da deliberação tomada no ponto 2.1 da reunião da Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2023 e subsequente apreciação e deliberação sobre a designação do Fiscal Único efetivo e do Fiscal Único suplente da empresa municipal ÁGUAS da BATALHA, E.M., S.A., sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 21 de 40

disposto no n.º3 do artigo 26.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual; -----

Ponto 4 – Tomar conhecimento das Contas da empresa municipal ÁGUAS da BATALHA, E.M., S.A., nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d), n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, na sua redação atual; -----

Ponto 5 – Apreciar e deliberar sobre os documentos de Prestação de Contas do exercício de 2023, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com o estatuído na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual. -----

----- ** -----

-----**Ponto 1**-----

Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual -----

A pedido do senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara**, referindo que em virtude de ter sido disponibilizado atempadamente esta informação, se encontra disponível para prestar todos os esclarecimentos que os senhores deputados entendam por convenientes.-- -----

Neste seguimento, usou da palavra a senhora deputada Elodie Zeferino, que após cumprimentar todos os presentes, referiu: *«hoje venho falar de números, mas não de números como os que costumo apresentar, venho falar também de uma peça documental que normalmente é partilhada neste ponto do relatório de atividades e de contas do município, neste caso o relatório de contencioso, portanto, se verificarem nas últimas duas páginas deste documento, deste relatório, referem-se aos processos números, 16, 17 e 18, relativos a uma expropriação da parcela de 4 A, 4B e 5 de António Amaro, Jorge Marques e Maria Correia, há uma menção nestes três processos de um eventual recurso da decisão arbitral, do qual decorre o prazo, a minha pergunta é, a que dizem respeito estes processos? e que tipo de recurso se encontra a Câmara a preparar?»* -----

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que passou a esclarecer: *«Nós deparamos há uns tempos atrás que tinha havido um contencioso na expropriação de três áreas que deram origem ao Jardim, uma parte da estrada, depois o complemento ainda de outra parte, na zona confinante com o rio. O que aconteceu na altura, e é assim que funciona, o Código das Expropriações foi a avaliação daqueles terrenos, foi feita notificação aos interessados. A seguir foi determinado, pagar-se. A Câmara deliberou, pagar os valores que resultam da avaliação, no conjunto de cerca de 70.000 euros e parou, parou ali, o que devia ter sido feito também, segundo o Código das Expropriações era, uma vez que os proprietários não aceitaram a proposta da Câmara, não quiseram também receber os 70.000 euros que estavam em precatórios cheques e comunicaram à Câmara que não estavam de acordo. E é aqui que há um*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 22 de 40

grande hiato, a Câmara devia na altura, ter comunicado ao Tribunal que não houve acordo de expropriação para que o Tribunal deliberasse ou decidisse no sentido de formar uma Comissão para fazer as avaliações. Isso não foi feito, só agora é que se conseguiu fazer, e, portanto, também a Câmara não tinha a posse daqueles terrenos, apesar de já lá estar o Jardim, estar aquele Parque que nós conhecemos. Para regularizar isto, nós fizemos há uns meses atrás a comunicação ao Tribunal, que não tinha havido acordo. O tribunal manda avaliar, com uma equipa arbitral, os valores daquela situação, para ser comunicado às partes e aqui também de acordo com a legislação, aparece uma avaliação com um valor praticamente equivalente àquilo que tinha sido a proposta inicial, um outro um pouco mais acima e um terceiro, com quase 300.000 euros de uma parcela, avaliada com base pretensamente, de ser zona de construção e aquilo que sabemos e temos provas e juntamos no recurso, é que não era zona de construção, houve recurso dessa situação, mas para que o recurso pudesse entrar, também a Lei exige, nós temos de depositar aqueles três valores, foi algum sufoco que apanhamos aqui, não estávamos a contar com isso, estamos a falar de perto de 400.000 euros e a verdade é que podemos fazer isso, para depois abrir um prazo dado pela Relação, no sentido de nós apresentarmos o recurso, foi o que foi feito. O prazo acabou agora. O nosso recurso sobre duas das parcelas, não sobre aquela que tinha um valor abaixo, até daquilo que tinha sido proposto inicialmente, que tinha sido 5 euros e, portanto, estava abaixo e não íamos recorrer daquilo, deixamos ficar, as outras duas sim. Entendemos que devia haver recurso, o que foi apresentado, portanto, neste momento, estamos à espera.-----

Entretanto, o Tribunal decreta a posse, a partir do momento em que depositamos aquele dinheiro, decreta a posse daqueles terrenos, para efeitos de obras, se quiser avançar e, naturalmente, não é o caso, porque aqui já está feita a obra, portanto está ocupado e agora haverá que aguardar que o Tribunal designe uma nova Comissão para avaliar aqueles terrenos dos quais recorreremos, tendo nós nomeado um especialista de direito do território em termos administrativos, para nos ajudar naquilo que é possível. A outra parte, também indicou um outro membro e o Presidente dessa Comissão indicado pelo Tribunal, é a fase em que está neste momento, vamos agora aguardar que hajam as avaliações. A partir daí, vamos ver o que é que temos que fazer, é assim que funciona.» -----

**

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** da informação escrita prestada pelo Senhor Presidente da Câmara e remetida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com vista à apreciação por este órgão da atividade municipal desenvolvida pelo Executivo à **data de abril de 2024, bem como da situação financeira do Município reportada com base nos valores indicativos relativos ao período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de março de 2024**, cuja leitura foi dispensada, atendendo a que previamente foi enviada uma cópia a todos os membros desta Assembleia. -----

**

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/ 2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 23 de 40

Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.-----

----- ** -----

-----Ponto 2-----

Apreciar e deliberar sobre os movimentos ocorridos no Inventário Municipal (ano 2023), ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----
MGD n.º 673 de 09/04/2024-----

A pedido do senhor Presidente da Assembleia Municipal, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara para proceder aos esclarecimentos que entendesse por convenientes, tendo o mesmo referido: *«esta proposta de abate, tem a haver com a posição das Águas, que o património que ela detém, tem que transitar para lá, portanto, abate ao património da Câmara»*.-----

Após esclarecimentos prestados pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente aos movimentos ocorridos no inventário municipal no ano de 2023, designadamente quanto ao desconhecimento de ativos no montante de 11.306.395,00 € (onze milhões, trezentos e seis mil e trezentos e noventa e cinco euros), tendo por base os fundamentos constantes na deliberação n.º 2024/0268/G.A.V. tomada em reunião de executivo municipal de 15 de abril, foi o ponto posto a discussão da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- ** -----

Findo o período de discussão, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar os movimentos ocorridos no Inventário Municipal (ano 2023), ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- ** -----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/ 2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.-----

----- ** -----

-----Ponto 3-----

Apreciar e deliberar sobre a declaração de nulidade da deliberação tomada no ponto 2.1 da reunião da Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2023 e subsequente apreciação e deliberação sobre a designação do Fiscal Único efetivo e do Fiscal Único suplente da empresa municipal ÁGUAS da BATALHA, E.M., S.A., sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 26.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual -----
MGD n.º 2514 de 15/03/2024 -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 24 de 40

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que, «antes de passarmos propriamente à discussão e votação deste ponto, gostaria de fazer um intróito, porque é necessário contextualizar este Ponto 3, como sabem, ao Presidente da Assembleia Municipal compete nos termos da alínea e) do número 1 do artigo 30.º da Lei n.º 75/2013 que estabelece entre o mais, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, assegurar o cumprimento da Lei e a regularidade das deliberações. Na sua reunião de 6/12/2023, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, no âmbito Ponto 2.1 da respetiva ordem do dia, designar o Fiscal Único efetivo e Fiscal Único suplente da Empresa Municipal, Águas da Batalha. E.M., S.A. Na verdade, a Assembleia Municipal deliberou, após o Executivo Municipal ter apresentado uma proposta de nomeação, ora, supervenientemente veio a constatar-se que a deliberação do Executivo Municipal estava inquinada por um vício gerador da sua nulidade, uma vez que uma das autarcas intervenientes na deliberação do executivo, participou na reunião do órgão executivo em substituição de uma senhora vereadora que, pese embora estar ausente da reunião, estava em funções em representação do município nos Açores. Deste modo, este facto gerou uma nulidade que se projeta afinal, no ato conexo praticado pela Assembleia Municipal, ou seja, na deliberação que designou o Fiscal Único efetivo e o Fiscal Único suplente das Águas da Batalha. Nessa medida, até para preservação da legalidade do ato, importa proceder à anulação administrativa da deliberação inquinada pela nulidade da consequente deliberação da Câmara Municipal que constituía a proposta exigida pelo número 3 do artigo 26.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais. É esta, em síntese, a razão pelo que se nos afigura conveniente e até necessário, apresentar à Assembleia Municipal a seguinte proposta, não sem que antes se refira que nada há a deliberar sobre a nomeação do representante da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo das Águas da Batalha, uma vez que a deliberação tomada no âmbito do Ponto 2 da reunião nesta Assembleia de 16-12-2023, então enunciado como designação do representante da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo das Águas da Batalha é plenamente válida, uma vez que não está contaminada pelo vício, invalidante resultante pelo lapso na substituição de vereadores, pois que a competência exercida pela Assembleia Municipal não teve aí como pressuposto, uma proposta do Executivo Municipal, antes resultando da competência própria do órgão deliberativo reconhecida na cláusula contratual e, portanto, resumindo, nós temos que, para efeitos designação do Fiscal Único efetivo e de Fiscal Único suplente, temos que revogar a deliberação anterior, voltar a votar e num ponto implícito logo a seguir, votar a proposta da Câmara Municipal de Fiscal único efetivo e do fiscal único suplente, a nossa proposta, a proposta da Mesa, é que seja declarada nula a deliberação tomada no 2.1 da reunião da Assembleia Municipal, 16 de dezembro de 2023 e subsequentemente, seja apreciada e deliberada a designação de Fiscal Único efetivo e de Fiscal Único suplente da empresa municipal Águas da Batalha sobre proposta da Câmara Municipal nos termos do disposto no número 3 do artigo, 26.º Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais aprovado pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto na sua redação atual. Na realidade, este Ponto 3 tem aqui 2 votações, uma anterior à outra, uma para validar outra.» -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 25 de 40

Neste seguimento, usou da palavra o senhor deputado **Nuno Santos**, que após cumprimentar todos os presentes, referiu pretender também fazer um enquadramento desta situação: *«o caso está resolvido, mas eu não o sinto bem assim, tirando isto, as razões, isto não leva a lado nenhum. Só quero aqui dar conta de um facto, no dia 18, nós trocamos alguma correspondência, eu e o senhor Presidente da Assembleia e no dia 18 de abril, recebia então o email com os pareceres, com o parecer da CCDR enviado ao município. E vi que reencaminhou o email do senhor Presidente da Câmara. Só que eu gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Assembleia e aqui aos Deputados presentes, o que é que nós também estamos aqui a fazer? Porque acho que tem que haver um bocadinho também da parte do Executivo, um bocadinho mais de respeito, por o Senhor Presidente e por os deputados desta Assembleia. Porquê? O email foi reencaminhado então no dia 18, mas, esta decisão sobre este assunto, foi tomado em reunião de dia 1 de abril, no dia 4, eu tive conhecimento que estava resolvido pela Comunicação Social, portanto, a Comunicação Social teve acesso primeiro do que um deputado municipal, ou que até se calhar, o Presidente da Assembleia Municipal, eu acho que tem que haver aqui um tipo de maior respeito pelo Executivo com esta Assembleia, porque senão, não estamos aqui a fazer nada. Eu sei também, que o senhor Presidente da Assembleia, também não deu o devido valor a este tema e só reencaminhou os meus emails, mas eu acho que, tanto o Senhor Presidente como eu, temos que pensar o que é que estamos aqui a fazer e já que o erro era tão evidente, tão evidente que, não era preciso esperar quatro meses e meio para ter sido resolvido, evitar as Águas da Batalha a funcionar neste tipo de ilegalidade, acho que, nada tem a valorizar nem o Executivo, nem a própria Administração das Águas da Batalha. Isto é um erro, este é um erro bastante grave o que aconteceu, isto se fosse cometido por mim, que ando aqui há um ano ou dois, era uma coisa, agora por pessoas que andam cá há 30 anos, é um erro que tem que ser verificado e tem que ser levado bastante a sério, na minha opinião. Também gostava de pedir ao senhor Presidente da Assembleia que tivesse o mesmo vigor e a mesma soberba a pedir justificações ao Executivo, num próximo tema, como tem às vezes aqui com os deputados do P S D.»*-----

Perante isto, retomou a palavra, o senhor Presidente da Assembleia, para acrescentar: *«Por um lado, não sei se muitas coisas que disse que sabe, tem a certeza ou só suspeita, são coisas totalmente diferentes e é preciso cuidado, como se diz, sabe ou tenho a certeza ou na realidade só suspeita, publicamente isso é preciso muito cuidado. E depois, isto da soberba tem muito que se diga, porque não tem comparação possível, utilizar o mesmo tipo soberba em situações totalmente diferentes e cuja razão é diferente, a minha soberba aqui, é para manter a dignidade desta Assembleia. A minha soberba em relação ao pedido ao Executivo, foi respeitando os prazos necessários para se dar uma resposta juridicamente validada. Muito bem, então quer que eu leia a cronologia dos acontecimentos, enfim, perdendo aqui algum tempo, o Sr. Nuno Santos pediu. A reunião extraordinária do executivo foi a 11 de outubro de 2023. O senhor deputado pediu esclarecimento em 16 de dezembro nesta Assembleia sobre a substituição da vereadora, em 18 de dezembro, solicita esclarecimento para a situação questionada na última Assembleia, pedido que reenviei ao Senhor Presidente, em 15 e o Senhor Presidente disse-me que a situação estava a ser estudada sob o ponto*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 26 de 40

de vista jurídico, nem havia outra possibilidade, portanto, o prazo de resposta não podia ser de acordo com o que se uma resposta cabal, não podia ser dada no prazo que a Lei, que o Regimento contempla porque, na realidade há uma resposta jurídica a ter em conta e não pode ser uma resposta com base em pressões do Presidente, com base em pressões do Presidente da Assembleia. Em 15 de janeiro de 2024, o senhor deputado reitera o pedido de esclarecimento, reencaminhei a 17 de janeiro para o senhor Presidente da Câmara, em 18 de janeiro, o senhor Presidente da Câmara responde, dando conta que há pareceres jurídicos contraditórios e que, portanto, o assunto está a ser tratado, em 20 de Janeiro de 2024 é pedido parecer à CCDR, entretanto, em 4 de março de 2024, o senhor deputado Nuno Santos pede esses pareceres que tinham sido referidos no email anterior e em 5 de março, no dia seguinte, reencaminho o pedido dos pareceres ao Senhor Presidente Raul de Castro, em 7 de março, três dias depois, o senhor Presidente da Câmara envia os pareceres, que eu reencaminho imediatamente para o senhor deputado Nuno Santos. Em 11 de março há outro e-mail do senhor deputado, aqui diretamente para mim, obviamente, sobre a questão dos pareceres e que eu respondi e em 14 de março de 2024, o senhor Presidente da Câmara, o Executivo recebe finalmente o parecer da CCDR e é evidente que esse parecer da CCDR tinha que ter efeito na reunião seguinte do executivo, o que veio a acontecer na reunião de abril de 2024, a reunião do executivo anulou, de acordo com o parecer, as deliberações anteriores e voltou, portanto, a novas votações. Quinze dias depois, em 16 de abril, solicita ao Senhor Presidente, resposta ao senhor deputado e em 18 de abril veio a resposta do Senhor Presidente que eu reencaminhei com o parecer da CCDR e a Ata do executivo com a anulação dos atos deliberativos da reunião de 11 de outubro. É natural que, os senhores vereadores do seu partido, tendo conhecimento do parecer da CCDR, tendo estado presentes na reunião do executivo em que se anulou de acordo com o parecer, as deliberações anteriores, tenham tido primeiro conhecimento que o senhor deputado, nem outra coisa poderia ser e, portanto, senhor deputado, entre a emissão do parecer da CCDR, a reunião do executivo em que, de acordo com esse parecer, anulou a decisão das deliberações anteriores, também não me parece que 16 dias façam assim, uma diferença fundamental, mas isso é a minha opinião e não é a sua, já vi, de qualquer modo, quero esclarecer isto, que não houve nenhum procedimento incorreto, nem omisso da minha parte, em relação a este assunto. A única omissão que houve e aí concordo com o Senhor Alfredo Matos, na última reunião, foi não ter dado conta deste pedido a esta reunião, neste plenário, foi a única, muito obrigado, da minha parte a este assunto no que me compete, tentei esclarecer o melhor possível.» -----

De seguida, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara**, para deixar uma nota de acréscimo «O primeiro parecer da CCDR, ainda veio, suponho que o ano passado, veio alimentar a decisão que estava em causa, dizendo que era possível, aliás, o parecer que nós recebemos, muito rápido, foi cópia de um parecer emitido para outra Câmara, onde se passou uma situação idêntica, aquilo que também serviu para a outra Câmara pegar naquilo e poder fazer a sua interpretação. E quando aquele chegou numa reunião que tive com o nosso consultor jurídico, tivemos a debater aquilo e chegamos à conclusão, isto há aqui uma coisa que não está bem, à partida, sabíamos que a coisa não



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 27 de 40

podia ser como estava, a verdade é que, perante isso, o consultor jurídico fez um parecer, fizemos em conjunto o parecer e eu sempre a pedir à CCDR para se pronunciar com um conjunto de quesitos que lá iam, para nós termos a certeza do que é que íamos fazer, esse parecer demorou quase seis meses, apesar de termos lá ido falar com o responsável do Jurídico. Apesar disso, demorou quase seis meses e quando chegou teve de ser analisado pelo Dr. Mário outra vez, e aí sim, vamos lá ver como isto se resolve. Numa reunião extraordinária foi de certa maneira, simplificado o processo, mas é igual, se tivesse sido numa reunião ordinária, era praticamente igual para se poder sanar aquilo que era nulidade e tomar já as posições para ratificar tudo aquilo, os atos que tinham sido feitos, portanto, essa parte ficou resolvida, foi à reunião, como sabem, na reunião de Câmara, não estou a justificar nada, mas sabemos como é que funciona, está a Imprensa a assistir, portanto, se calhar publicou e na primeira reunião da Assembleia Municipal que houve, depois desse parecer final, estamos aqui hoje, não houve aqui falta de respeito algum, e basta ver a sequência cronológica para perceber que não demoramos assim muito tempo, não é? Agora não podemos estar a fazer nada sem termos uma posição sustentada da própria CCDRC para vincular tudo o resto, é por isso, a razão que vem aqui hoje esta proposta para nomeação das pessoas que foram, de certa maneira, propostas para Fiscal Único efetivo, e Fiscal Único suplente. E agora, também para a indicação do representante do Conselho Consultivo, é repetir aqui, outra vez, é o que estamos aqui a fazer. Lamento profundamente que tenha acontecido, mas aconteceu e o resultado está à vista.»-----

Usou da palavra o senhor deputado Alfredo de Matos, referindo, «penso que finalmente este assunto vai ficar resolvido. Foi pena que não tenha sido resolvido mais cedo, mas pena maior, tenho eu que, ele tenha surgido e é para aí que vai o meu lamento, eu sei que, tudo isto podia ter sido evitado, o senhor Vice-Presidente no dia da reunião do Executivo, em que onde ocorreu essa ilegalidade, tinha perfeita consciência daquilo que estava a acontecer. Só pensou que os outros eram todos parvos e que ninguém via nada e aquilo seguia tudo assim, acontece que, às vezes, nem são todos parvos e que quando chamam as coisas à realidade e se vê que realmente não pode, não se pode passar por cima de toda a gente, nem se pode fazer tudo como se quer. Depois acontecem estas coisas, é claro que a nossa vontade é que isto corre tudo bem, vamos resolver este assunto, vamos arrumar isto tudo, agora isto é desagradável é, houve muitas decisões que foram tomadas e que no limite, tinham que ser todas anuladas e que tinham que ser todas revogadas as decisões e as coisas no futuro. No limite, punha em causa o funcionamento destes meses, todos de forma ilegal, das Águas do Batalha. Vamos esquecer tudo isso agora, que é caricato é, nós hoje vamos aprovar o Fiscal Único para as Águas de Batalha e no Ponto 4, a seguir, vamos analisar as contas das Águas da Batalha, com base num parecer jurídico ou no parecer do Revisor que ainda não foi nomeado, portanto, acabamos de nomear e a seguir vamos ter já do Fiscal Único, o relatório, onde aprova as contas das Águas da Batalha, numa situação em que ainda não foi nomeado, oficialmente ainda não é revisor único das Águas da Batalha. Vamos ultrapassar tudo isto, vamos esquecer que isto aconteceu, o PSD vai votar favoravelmente a anulação da decisão da reunião anterior e vai-se abster nesta nova eleição e vamos tentar esquecer. Mas, volto a referir, um bocadinho de respeito pelos



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 28 de 40

outros, não fica mal a ninguém, porque às vezes evitavam-se situações destas, que se fosse no meu caso, para mim era uma vergonha acontecer uma coisa destas.»-----

Usou da palavra, o senhor deputado **Francisco Coutinho**, para sublinhar que *«Este facto realmente é uma coisa que não entra na cabeça de ninguém, porque realmente, a experiência dos eleitos e a quantidade enorme de técnicos que a Câmara tem, não tinha necessidade de chegar a este estado. Esta coisa de empurrarmos para a CCDR, empurrarmos para o jurista e empurrarmos para aquele e para o outro, não nos leva a lado nenhum. Eu penso que realmente e na altura própria, nós abtivemo-nos e chamamos à atenção, porque realmente, estamos em presença de uma irregularidade formal muito acentuada, poderia, eventualmente, trazer consequências para terceiros e depois é como diz ali o senhor deputado Alfredo, porque realmente o melhor é esquecer isto tudo e avançarmos, porque senão agente nunca mais sai daqui, de qualquer forma, o CDS pedia que fizesse chegar, do senhor Presidente da Mesa, os requerimentos, as decisões que vieram da CCDR, quer a primeira, quer a segunda.» -----*

Seguidamente, tomou a palavra o senhor **Vice-Presidente**, Carlos Monteiro, respondendo ao senhor deputado **Alfredo Matos**, *«obviamente, tentou imputar uma responsabilidade à partida, formulando uma hipótese que eu atempadamente sabia deste acontecimento. Quero dizer que nós agimos em total “Boa-fé”, porquê? Porque nós pensámos, estávamos perante as ausências inferiores a 30 dias no âmbito do artigo 78.º do Regime Jurídico, naquele momento e não é assim, nunca tal aconteceu na Câmara Municipal este facto, ou seja, qual foi o facto diferenciado? é que a senhora vereadora estava ausente em representação da Câmara, porque se tivesse ausente por outro motivo, tal facto não impediria que tivesse acontecido desta forma, que ela tivesse sido substituída, mas não foi e esse erro, não foi detetado atempadamente, nem sequer por mim foi detetado. Eu não tinha a consciência de que estava efetivamente perante esse erro formal, não foi jamais, aliás, nós temos aqui técnicos efetivamente com mais 30 anos de experiência, inclusive as pessoas que dão apoio às atas estavam perante este facto e não conseguiram descortinar naquele momento que estaríamos perante uma eventual irregularidade, aliás, existia, de facto, um parecer, houve uma Câmara Municipal, a sul da nossa autarquia, não vou nomear o nome, que efetivamente fundamentou um parecer em sentido contrário, escudado num parecer de uma Comissão de Coordenação, obviamente que o nosso caso não se enquadrava nesse âmbito, era diferente, juridicamente havia dúvidas, portanto, não foi “má fé”, não houve aqui uma intenção de fazer passar os outros por “lorpas”, muito menos estar a mentir sobre o quer que seja. Houve uma interpretação, foi dúbia, inclusive até a parte componente jurídica teve dúvidas, sobre a aplicabilidade do artigo 78.º inferior a 30 dias, tanto teve dúvidas que pediu fundamentadamente um parecer à CCDR, portanto, não era uma questão técnico-jurídica fácil, obviamente que não tivemos essa perceção no momento, é só para, de facto, justificar, porque percebi que essa responsabilidade me estava a ser imputada e eu não tinha efetivamente essa consciência a esse nível, que havia divergências jurídicas sobre o assunto.»-----*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 29 de 40

Retomou a palavra, o senhor **Alfredo Matos**, dirigindo-se ao senhor Vice-Presidente Carlos Monteiro «*senhor Vice-Presidente, o senhor sabe que eu sei, que o senhor sabia, e não retiro uma palavra àquilo que disse.*»-----

Após os esclarecimentos prestados pelo senhor presidente da Assembleia Municipal sobre a necessidade de se proceder à declaração de nulidade da deliberação tomada no ponto 2.1 da reunião da Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2023, bem como da subsequente designação do Fiscal Único efetivo e do Fiscal Único suplente da empresa municipal ÁGUAS da BATALHA, E.M., S.A, foi o ponto posto a discussão. -----

----- ** -----

Findo o período de discussão, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal, tendo sido deliberado:-----

a) Por unanimidade, declarar a nulidade da deliberação tomada no ponto 2.1 da reunião da Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2023; -----

b) Por maioria, com quinze votos a favor, um voto contra e oito votos em branco, aprovar, tendo por base os fundamentos constantes da Deliberação nº 2024/0248/GAP, tomada pela Câmara Municipal a 1 de abril de 2024, a designação como Fiscal Único efetivo da empresa municipal ÁGUAS da BATALHA, E.M., S.A., Telma Carreira Curado & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., registada sob o n.º 321, com sede na Avenida Francisco Fino, 31, Zona Industrial, Sé, 7300-053 Portalegre, pessoa coletiva número 514 515 627, representada por Telma Carreira Curado, ROC n.º 1443, com domicílio profissional em Largo de Camões, nº14, R/C, 2410-088 Leiria; -----

c) Por maioria, com catorze votos a favor, um voto contra e nove votos em branco, aprovar, tendo por base os fundamentos constantes da Deliberação nº 2024/0248/GAP, tomada pela Câmara Municipal a 1 de abril de 2024, a designação como Fiscal Único suplente de Anabela de Jesus Nunes Prates, ROC número 1422, com domicílio profissional na Rua Domingos Bomtempo, n.º 10, Vale Bem, 2820-631 Charneca da Caparica. -----

----- ** -----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.-----

----- ** -----

----- Ponto 4-----

Tomar conhecimento das Contas da empresa municipal ÁGUAS da BATALHA, E.M., S.A., nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d), n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, na sua redação atual -----

MGD n.º 3343, de 11/04/2024 -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 30 de 40

A pedido do senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara**, informando que, se encontra disponível para prestar todos os esclarecimentos que os senhores deputados entendam por convenientes. -----

**

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** do Relatório de Gestão de Contas do ano de 2023 da empresa municipal ÁGUAS da BATALHA, E.M., S.A., nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d), n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, na sua redação atual-----

**

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.-----

**

-----**Ponto 5**-----

Apreciar e deliberar sobre os documentos da prestação de contas do exercício de 2023, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com o estatuído na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual -----

MGD n.º 713 de 11/04/2024-----

A pedido do senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara que solicitou que fosse o senhor Vice-Presidente, Carlos Monteiro a proceder aos esclarecimentos relativos ao presente ponto. -----

Nesta sequência, tomou a palavra o senhor Vice-Presidente Carlos Monteiro, que após cumprimentar todos os presentes, passou a informar: *«Vou tentar, de alguma forma resumida, dar aqui alguns aspetos fundamentais relativamente à Prestação de Contas e às Atividades do Exercício de 2023, portanto, este é o nosso desempenho orçamental. As receitas correntes líquidas somaram o valor de 13,99 milhões de euros e 1,9 milhões de receitas de capital e outras receitas, cerca de 44.000 euros. A despesa paga global foi de 15,85 milhões, sendo a despesa corrente de 13,1 milhões de euros e 2,7 milhões de euros de despesa de capital. Esta é a forma resumida do mapa da execução do orçamento nas suas alíneas globais, nas grandes opções do plano, houve um crescimento efetivo de 4,7% no período de 2020 a 2023, portanto, é a taxa de execução, situou-se nos 71,23%. A educação é uma das áreas que absorve mais custos das funções do município. Ela representa, neste momento, cerca de 23% do custo das funções do município e depois, efetivamente, temos aqui também os gastos ambientais que, de alguma forma oneram substancialmente e agravaram em 31,2%, os custos globais do Orçamento municipal. Os gastos ambientais representaram mais de 2 milhões de euros entre saneamento e resíduos. Efetivamente, tiveram este nível de crescimento em função dos preços das entidades que têm a concessão destes serviços. Como sabem, foi apresentada uma nova ação judicial relativamente à Valorlis, porque o valor das tarifas estão a crescer substancialmente.* -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 31 de 40

A despesa realizada foi de 8,4 milhões de euros com o reforço nas grandes opções do plano de 1,3 milhões de euros no período de 2020 a 2023 é o maior nível e, portanto, nós tivemos no ano transato, despesas de 484.000 euros para as vertentes do apoio às atividades desportivas, atividades Sócio Educativas e apoio ao investimento para essas associações representaram, digamos assim, um crescimento global em cerca de 180.000 euros, nesse período de reporte. Também a cooperação com as freguesias, a transferência das competências e parceria na execução representaram valores globais de 466.000 euros, sendo que, nesta vertente, houve execução direta dos valores negociados para os arruamentos com as juntas de freguesia, o saldo de gerência situou-se em 2,1 milhões de euros, esta é a tendência dos últimos anos, a trajetória na evolução do saldo de gerência, o que, de alguma forma, reforça a capacidade de tesouraria para iniciarmos um novo ciclo de projetos que, neste momento, temos enquadrados na ITI da Comunidade Intermunicipal e no âmbito do PRR, esta trajetória, como sabem, estão a abrir os primeiros avisos da ITI da Comunidade Intermunicipal e estamos em execução. Temos em execução alguns projetos do PRR, assiste-se ao reforço da capacidade de endividamento. Houve, de facto, uma redução da dívida a médio e longo prazo nos últimos 2 anos de 24,5%, portanto, -513.000 euros, à redução da dívida global em 11,7% nos últimos 2 anos, -340.010 euros, o que reflete a solvabilidade de tesouraria. Há margem, portanto, por esta via da redução não só da dívida, obviamente, cresceu a receita, efetivamente, houve um aumento da capacidade de endividamento em 2,1 milhões de euros nos últimos 2 anos, o que permite, de alguma forma, planearmos a possibilidade de contração de novos empréstimos para projetos estruturais. Esta evolução nos últimos 5 anos de resultados líquidos do exercício. Quero dizer-vos que, excecionalmente, em 2022, tivemos resultados positivos. Estes resultados foram influenciados pelos rendimentos de propriedade, foi a alienação de terrenos, mas obviamente que é um ano excecional, não é um processo estrutural que acontece normalmente na autarquia, o fim, não é a maximização do lucro, como todos percebem, obviamente que contará sempre se nós conseguimos gerar meios libertos para os investimentos e esta tem sido a trajetória, portanto, o ano de 2023 já se equipara ao resultado líquido negativo de 2021. Os custos de estrutura, estes sim, são significativamente agravados no contexto de inflação, os tais custos ambientais para terem uma ideia, nesse período de 2020 a 2023, nesses 3 últimos anos, agravaram-se em 28%. Representando de um ano para o outro, uma evolução de 262.146 euros. Os custos energéticos também foram agravados em 21%, mais 84% no período de 2022 e 2023. Obviamente, tivemos aqui um processo, como sabem, a crise energética influenciou muito esta trajetória, o que se reflete no agravamento global dos gastos em 168.096 euros também os custos de estrutura relativamente às atualizações remuneratórias e reposições tiveram estes acréscimos. Houve um processo de atualização das remunerações por base das leis que estão aí mencionadas, o Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro. Houve também o Decreto-Lei n.º 26-B/2023, de 18 de abril e a Portaria n.º 107- A/2023, de 18 de abril, mas, obviamente, crescemos também no cômputo geral do balanço social da autarquia, houve um acréscimo de número de trabalhadores, fundamentalmente para os serviços de manutenção e exploração por via de aposentações, algumas que já ocorreram o ano passado e outras que vão efetivar-se no ano de



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 32 de 40

2024, portanto, por imposições legais, o crescimento da despesa com pessoal foi de 13,7%, mais 489.000 euros e por via da variação do número de colaboradores, foi mais de 2,5%, ou seja, 112.000 euros. As transferências para outras entidades, quer famílias, quer entidades sem fins lucrativos/associações, tem vindo de alguma forma a ter um equilíbrio ao longo dos anos, nos últimos 4 anos. -----

Com a trajetória de crescimento em 2023 nessas transferências, não temos perdido, um equilíbrio de orçamento para orçamento. A receita fiscal, teve uma evolução mais preponderante no IMT, neste caso, ocorreram mais transações, portanto, foi o imposto que mais evoluiu, pautando-se as restantes receitas fiscais por estabilidade, quer o IMI quer o IUC, quer na Derrama, há aqui uma incorreção neste gráfico, falta ali os 11,6% é de outras receitas provenientes do orçamento, mas para terem ideia de quais foram as fontes de financiamento e investimento com maior preponderância, neste caso para os fundos comunitários. Os fundos comunitários foram responsáveis em 59% pelo financiamento do investimento realizado que viram mais atrás. Obviamente que, com a evolução da despesa corrente, naquelas grandes rubricas que vos mencionei ainda há pouco, nós perdemos o valor que tínhamos em solvabilidade, foi reduzido de um ano para o outro, tínhamos o ano passado 8,36 e temos 7,48 no presente ano. A saúde financeira que é os meios libertos entre a receita corrente e a despesa corrente também diminuiu para 7%, mas os nossos níveis de liquidez, como verificaram também, nos slides anteriores, o nosso indicador de liquidez geral mantém-se seguro. Obviamente, o ano passado foi o tal ano excepcional e recupera para 1,55. Também a autonomia financeira, manteve-se estável em todos os últimos cinco exercícios e o resultado negativo, como já tinha mencionado no gráfico anterior, é esta a evolução. Dar-vos conta dos projetos concluídos no exercício de 2023, a 31 de dezembro, a residência de estudantes. Este valor é o somatório da empreita da inicial, mais o valor dos trabalhos a mais, o valor dos arranjos exteriores e o valor do custo do imóvel. A ciclovia da Vila da Batalha apresentou o montante global de 456.000 euros, o Interface 226.000€ e a Ecovia do Vale do Lena, 594.000€, portanto, estes são projetos concluídos. Outros projetos concluídos foi, substituição do relvado sintético no campo de futebol que representou o montante de 122.000 euros. Depois, fechámos o primeiro ciclo do protocolo da rede viária das freguesias que se cifrou no montante global de 374.000 euros. As execuções de reabilitação das escolas, aquelas mais preponderantes foi na Torre e Casais dos Ledos, somaram o montante global de 90.000 euros e depois a conservação dos edifícios municipais, inclusive o IRN a atingir o montante global de 167.000 euros. Projetos em curso, o valor global das piscinas municipais é de 840.000 euros, já com o impacto do IVA, existem aqui empreitadas a 6% e outras a 23%, designadamente os equipamentos. Depois temos as obras da rede elétrica e beneficiação do Mosteiro. O projeto inicial era de 1,6 milhões de euros. As obras estão em curso, mas houve um adicional de mais 289.000 euros para darmos execução às empreitadas que estavam delineadas no âmbito do protocolo com a DGPC. Há uma obra em curso adjudicada para o refechamento e piso no pavilhão do Agrupamento de Escolas da Batalha e também temos o processo de adjudicação dos condomínios de aldeias. Neste caso, são as intervenções da desmatização da proteção, destas aldeias em Vale Barreiras e Vale da Quebrada, cujo



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 33 de 40

valor está efetivamente em avaliação. O valor global de 91.020 euros, corresponde a projetos em fase de execução. O Centro de Saúde, no entanto, este não será o valor global, porque o projeto de execução foi revisto e está em processo de revisão. Pode ocorrer variações no projeto delineado inicialmente pela empresa que elaborou o projeto de execução. Temos a estrada da Perulheira, também em fase de revisão. A requalificação do Centro Cívico da Golpilheira, estes projetos aqui, o projeto da requalificação do Centro Cívico da Golpilheira, de São Mamede e Reguengo de Fetal, são projetos a enquadrar na ITI no âmbito da regeneração urbana. São projetos de execução com processos já quantificados, 392.200 euros para o Centro Cívico da Golpilheira, requalificação urbanística entre as rotundas São Mamede e parte da zona envolvente ao pavilhão. Reguengo do Fetal está em finalização o processo, depois temos também os projetos concluídos, os furos de captação de águas, cujo montante global de investimento é de 320.000 euros, a conduta gravítica de Fonte Vales ao Perulhal, 2 milhões de euros e a conduta gravítica do Perulhal ao Reguengo do Fetal de 440.000 euros. Quero dizer que estes projetos foram sinalizados para ITI, mas, como já na altura, esclarecemos aqui na Assembleia de que, efetivamente esses projetos ainda não estão enquadrados, porque o plano estratégico não prevê que as ITI's avancem com investimentos no ciclo urbano da água, porque ainda não estão agregadas, obviamente, esperemos que isto venha a ser revertido. Já houve uma intervenção junto da Associação Nacional de Municípios que efetivamente está a tentar renegociar este entrave à concretização dos investimentos por via direta de cada município, estão mais de 200 municípios nestas condições. Depois temos também concluído o processo de renovação da rede de esgotos do Reguengo do Fetal, 1,7 milhões de euros. O centro tecnológico está em fase de lançamento de concurso da execução do elevador, estas são pequeninas obras de adaptação do edifício e a execução do elevador e depois o sistema de projeção digital do auditório, é um processo que também está neste momento em execução e que tem a ver com o financiamento integral por parte do PRR, portanto, este é um projeto que foi integralmente financiado pelo PRR, porém, o Pavilhão de São Mamede, como o Senhor Presidente já tinha dito e tive oportunidade de transmitir, está em fase de revisão projeto, ainda não conhecemos o valor final. Nos arruamentos no âmbito do concurso sobre os projetos em fase de lançamento através das Juntas de Freguesia. Temos aqui apenas uma imprecisão que é de São Mamede, está aqui neste momento em avaliação, com a componente de intervenção dos lugares de Casal Suão e Barreira de Água que será finalizada, entretanto, o valor é de 72.000 euros atribuída a Junta de Freguesia. Depois temos da Batalha alguns lugares de Palmeiros, Brancas, Casal do Alho, Rebolaria, Casal do Marra e Casal do Quinta, é o montante atribuído face àquela perequação distributiva dos 300.000 euros para as Juntas de Freguesia. Reguengo do Fetal, duas intervenções na Rua de São Mateus, Rua do Rossio, Alcanadas e na Golpilheira, Rua do Picoto, de Carrascal e Rua da Fonte, 52.000 euros. Estão os projetos em curso que estamos a acompanhar e a apoiar, tem a ver com a Casa do Mimo. Portanto, como sabem, este projeto foi financiado pelo PRR em cerca de 620.000 euros e o centro tecnológico especializado do Agrupamento de Escolas da Batalha em 1,2 milhões de euros. Ainda há pouco tive a oportunidade de transmitir que, para os equipamentos, o concurso internacional para os equipamentos, neste



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 34 de 40

momento, está a ser finalizado, sendo que a obra, a primeira fase da empreitada executada pelo Agrupamento que foi entregue salvo erro, à empresa de "BritalFlor", foi a empresa que ganhou o concurso, é na ordem 270.000 euros, mais IVA e, portanto, globalmente era para vos dar conta entre a execução das grandes opções do plano, os projetos que estão lá considerados, o nível de execução e a execução orçamental, de alguma forma, alguns pontos que dão a conhecer o ponto de situação da prestação de contas do exercício de 2023. »-----

Neste âmbito, interveio o senhor deputado Vítor Correia, que após cumprimentar os presentes passou a referir: «Esta Prestação de Contas é também um bocadinho um balanço daquilo que tem sido os últimos três anos deste executivo e também para falarmos um bocadinho sobre isso, mas 700.000 euros de negativos, não se percebe, eu percebo que mostrou os gráficos e não insistiu muito nesse ponto e ainda bem, porque disse também que quando o PSD governava a Câmara havia um resultado negativo, mas na altura em que havia um resultado negativo, o PSD cobrava menos 2 milhões de euros em impostos e taxas aos munícipes. Nessa altura, recebia menos 1,6 milhões de euros em subsídios da Administração Central e depois fazia uma gestão muito mais criteriosa da despesa em subcontratações e custos com o pessoal gastava menos 3 milhões de euros e tinha também mais 1,3 milhões de euros em amortizações, fruto do maior património mais investimento e, obviamente que, as amortizações aumentam, o que torna as contas mais difíceis, por isso, não percebo esta loucura de 700.000 euros negativos no ano 2023, porque durante o ano de 2023, vocês cobraram mais 3,2 milhões de euros de impostos e taxas aos munícipes e ao contribuinte e ao Estado em geral, gastam mais de 3 milhões de euros em pessoal e em subcontratos, ou seja, a despesa aumentou significativamente, têm menos 1,3 milhões de euros em amortizações. Têm vários anos consecutivos já de alerta, do indicador que mostra que não estão a executar planos de investimentos. Não fazem a obra, não fazem a Batalha crescer. A única coisa realmente relevante foi em 2022, terem vendido património e é sempre bom mostrar estes gráficos de melhor tesouraria, maior capacidade de endividamento. Isso acontece porque não se está a investir, se não investir, obviamente, tenho mais dinheiro, e se eu não estou a investir, não estou a fazer os projetos, andar para a frente, aumentar a capacidade de endividamento, por isso, não percebo o resultado horrível de 700.000 euros negativos este ano e penso que muitas vezes se brinca com os números de uma forma de usar um vocabulário um bocado excessivo e demasiado bonito que as pessoas lá em casa, se calhar, não percebem. -----

Mas, usando um bocadinho a gíria futebolística que se usa normalmente no futebol, à segunda falta leva-se vermelho e eu relativamente à gestão e aos números de 2023, e é a gestão dos últimos três anos, eu tenho aqui uma lista de 12 faltas e vou passar por elas muito rapidamente. Uma foi não cumprir com o orçamento aprovado por esta Assembleia e dar um resultado negativo de 700.000 euros; duas, houve erros nos planos de viabilidade económica e financeira da empresa das Águas e foram identificados pela ERSAR; três, houve erros na revisão dos tarifários das águas em que subiu o custo da água aos munícipes. Vocês quiseram subir o tarifário das águas em 5,8% e a ERSAR disse não, só podem subir 4,3%, ou seja, penalizando os munícipes durante meses, fizeram promessas de



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 35 de 40

que a empresa de água ia baixar o custo da água às pessoas, com gráficos todos bonitos e gráficos difíceis de perceber, mas o primeiro ato de gestão da empresa das águas foi aumentar os tarifários aos munícipes. Ficaram com mais 150.000 euros do IRS nos cofres da Câmara. Quando grande parte das outras Câmaras do distrito devolveram esse dinheiro aos contribuintes para aliviar a carga fiscal, que é o que mais nós precisamos neste momento. Em 2021, foi feito um empréstimo de 1 milhão de euros para pagar dívidas e, ao mesmo tempo, falar mal da gestão do executivo do PSD, este empréstimo não foi utilizado e nem sequer existiu o empréstimo até, mas está escrito no boletim Municipal que o iam fazer. Houve sucessivos ataques à gestão financeira do executivo do PSD, quando se esquece que o próprio vereador Carlos Agostinho, que está em funções, também foi vereador responsável pela área financeira do PSD durante muitos anos do executivo anterior, por isso, muitas vezes apontava o dedo, mas esse dedo, muitas vezes devia ser apontado a si próprio ou então, fazê-lo ao espelho. Houve uma constante tentativa também, de meter medo, afirmar várias vezes ao longo dos últimos dois anos que há uma auditoria qualquer e que vai não sei o quê e ter resultados desastrosos. Á data de hoje, nunca ninguém viu o resultado dessa auditoria, depois, mais importante é, mostra-se gráficos, parecem todos bonitos, envoltos em vocabulários difíceis como vos disse e tenta-se encapsular, um conjunto de rubricas, mas a verdade é que o orçamento da Ação Social e os Apoios à Infância tem reduzido sucessivamente durante a vossa gestão, muito e precisamente em momentos em que os portugueses precisam mais é, fazer mais Ação Social até no próprio concelho. -----

Houve as promessas de um grande projeto que a ser um empreendimento gigantesco e a produzir energia solar para toda a gente, não só, não foi executado ainda ao fim destes três anos, como também todo o plano e demonstrações financeiras estavam inicialmente erradas. Falta o nº 11, promessas de uma Creche na Jardoeira que continua por acabar, é sempre culpa de alguém, nunca é culpa da Câmara e, a falta da 12ª, que é um bocadinho entrada a pés juntos, que é a gestão da Câmara, neste momento, está a afastar figuras proeminentes do próprio Movimento Independente, a Batalha é de todos e essas pessoas proeminentes já disseram que não se revêem nesta gestão financeira. Por isso, voltando um bocadinho à gíria futebolística que é, ao fim da segunda falta é cartão vermelho, ao fim de 12 faltas na política paga-se é com demissão, por isso, eu acho que é tempo e recomendo a demissão do senhor vereador Carlos Agostinho, responsável pela área financeira e gestão da Câmara.» -----

Seguidamente, tomou a palavra o senhor **Alfredo Matos**, que após dirigir a todos os presentes, os habituais cumprimentos, lamentou não poder falar de coisas boas, «*mas realmente aqui temos alguma dificuldade em encontrá-las, começo por fazer alguma análise, por exemplo, ao ler aqui no relatório da Câmara, a demonstração de resultados começa a ser preocupante. Eu já em tempos tinha chamado aqui a atenção disso, porque via que o nosso nível de receitas não acompanhava o aumento de despesa. Nós vimos aqui que, no ano de 2023, o relatório da Câmara diz-nos aqui que as receitas tiveram um aumento de 2,9%, num ano em que a inflação foi de 6 ou 7%, portanto, nós não conseguimos sequer mais receitas, porque as receitas do município acompanhassem o valor da*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 36 de 40

inflação. Ficámos muito abaixo desse valor, mas já nos gastos conseguimos ultrapassar e bater os efeitos da inflação. Nos gastos conseguimos um aumento de 12,1% nos gastos, portanto, isto são números da câmara, estou convencidíssimo que eles estão certos, não haver na parte da execução orçamental da parte da despesa. Realmente, se em 2022, ela já não foi grande coisa, porque 75% de execução não é muita coisa, na de 2023 há uma baixa de 7,4%, é preocupante. Ainda assim, é que a gente vê que algumas das áreas onde se vai tentar remediar esta falta de receita e aumento de despesas, ainda que haja grandes opções do plano de execução. Nós vemos por exemplo que na ação social quando estava previsto, estava definido o financiamento de 494.000 euros, apenas foram pagos 274.000€, ou seja, 55% daquilo que estava definido. Numa outra rubrica que é a proteção do meio ambiente e conservação da natureza, foram pagos 49% daquilo que estava previsto, estavam definidos 707.000 euros e foram pagos 353.000 euros. Eu penso que, são áreas que cada vez mais merecem a nossa atenção e não devem ser áreas onde se recorra a fazer cortes deste género para conseguir tapar buracos. Não tenho dúvida nenhuma que a gestão, se não está a descambar, está a ir por caminhos difíceis, porque isto não vai ser fácil no próximo ano, esticar e arranjar aqui soluções à pressa para falhas destas, eu acho engraçado que algumas justificações, como por exemplo, o caso de se justificar uma baixa das receitas financeiras com o facto de não se ter utilizado o empréstimo aprovado no âmbito do projeto do Pavilhão Desportivo Municipal de São Mamede. Era o que faltava termos recorrido a receitas do empréstimo para o Pavilhão de São Mamede sem lhe tocar, sem lá fazer nada, portanto, eu penso que isto começa-se a procurar desculpas para uma gestão que, na minha opinião, não é a melhor e que não nos está a levar a um bom caminho. O Vítor falava, que há pessoas a afastarem-se, eu penso que o Senhor Presidente é uma pessoa resistente e vai aguentar, e vai levar isto até ao fim, porque cada vez mais, eu penso que há necessidade que o senhor meta mão nisto e que consiga manter isto até ao fim. Isto está em mau caminho.»-----

Usou da palavra o senhor deputado Ricardo Vala, cumprimentando todos os presentes, passou a referir: «Baseei-me no relatório do ROC, portanto, as afirmações dele, penso serem credíveis, ele diz que efetivamente em relação aos resultados financeiros, temos um resultado negativo de 715.000 euros, não são animadores. As despesas comprometidas continuam a subir de ano para ano. Sobre o orçamento da despesa e com um grau de execução orçamental da receita a situar-se abaixo dos 85% em quatro anos consecutivos. É algo que devemos ficar preocupados com esse declínio e que está impulsionado elevados aumentos substanciais dos gastos. Enquanto os rendimentos e ganhos não acompanham esse crescimento de maneira proporcional, é fundamental que seja reavaliado as prioridades de gastos e se procure a forma de reduzir custos. Com essa tendência, estamos a comprometer o futuro de alguns recursos existentes, apoio às famílias, apoio ao associativismo, educação, à ação social, à saúde e sem poder fazer obras e baixar impostos. -----

Queria deixar ainda assim, algumas questões em algumas rubricas se for possível responder, no mapa da demonstração orçamental, vem na rubrica estudos, pareceres e consultoria, o valor de 374.000 euros, que consultorias são essas? e ainda em relação ao acréscimo de custo de energia, falam em 50.000 euros de acréscimo, é algo que neste ano não foi um ano tão elevado custos



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 37 de 40

energéticos, como tem sido nos outros anos, é algo, ou o contrato foi mal feito ou há aqui algo qualquer que está a exportar esse valor. Não sei se é o tipo de contrato de energia liberalizada não está a ser bem feito, se calhar, a energia comprada em leilão, não sei se é possível a autarquia fazer dessa forma, se essa compra seria mais benéfica e, portanto, gostaria de saber o que está a ser feito para reverter essa tendência no agravamento financeiro. Nós temos todos a ver nessa demonstração do ROC, é só isso.» -----

No seguimento, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, para esclarecer: «Penso que não é novidade para ninguém que durante 10 anos, o responsável pelas contas em Leiria, fui eu, de certa maneira, tenho obrigação de ter o conhecimento de como é que isto funciona ao contrário, de algumas outras pessoas que talvez não tenham, isto se equipararmos isto, a uma empresa, o que aconteceu no passado foi um processo atípico, recordam-se que no início do primeiro trimestre, dispararam os aumentos da energia. Tivemos empresas a fechar, porque, nalguns casos aumentou 4 vezes mais e a Câmara também teve que aguentar com esses aumentos. Depois, atrás da energia veio tudo o resto, e portanto, conjugaram-se aqui vários fatores negativos em simultâneo, é evidente que isso teve que ter impacto nas contas e, por isso, eu chamava a atenção para alguma calma na análise de tudo isto, é bonito falar em números, a gente pode "dourar a pílula" como quisermos, mas a verdade é que há realidades e aquilo que eu espero é que vocês tenham em conta e façam a análise correta, que também são capazes de a fazer, gerir uma autarquia, a partida tem que ter uma premissa, estamos cá todos de boa fé para tentar fazer o melhor possível pelo Concelho, seremos capazes ou não daqui a um ano e tal de se fazer o exame, também cometemos falhas, também temos erros, como é natural, com mais experiência ou menos experiência, mas isso acontece a toda a gente e eu chamaria a atenção para aquela imagem que às vezes se pretende dar do executivo e que o responsável da equipa sou eu e não estou nitidamente afetado, porque o A ou o B resolveu por razões que não se revêm, porque eu podia responder à letra e também não quero e não quero ser deselegante para dizer claramente as razões por que é que isso aconteceu. Não vou por aí, até porque respeito as pessoas, a verdade é que também isto é um processo, é um movimento aberto entra e sai quem quiser, não está cá ninguém obrigado, não assinaram ficha de militante, portanto, aqui não há isso e, portanto, nós estamos à vontade para tomarmos as atitudes que muito bem entendemos que se devem ser tomadas e, por isso, quando eu vejo aqui, pôr em causa pessoas por causa das contas, eu acho que era preciso terem alguma calma, porque há pessoas que também têm telhados de vidro, quando se faz às vezes acusações às pessoas, se calhar deviam, enfim, ter alguma contenção, não é? Eu fui surpreendido há uns meses atrás, perguntaram-me se eu conhecia determinada pessoa, um determinado nome e a empresa tal, e eu disse conheço, é membro da Assembleia Municipal e não tenho mais nada a certificar, e aquilo passou, ou seja, o que levará às vezes determinadas entidades judiciais a vir questionar este tipo de situações, não sabemos, portanto, às vezes também estamos olhar, e questionamos também porque é que este nome veio numa carta para justificar se conhece ou deixa de conhecer, portanto, eu penso que não vamos entrar por aí, acho que agente de futuro devemos todos assumir uma sentido de responsabilidade.



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 38 de 40

Falta um ano e meio para se concluir o mandato. No final, estamos cá todos para prestar contas, tínhamos um projeto, queremos desenvolver, enfim, entramos numa espiral de dificuldades, não só porque há menos dinheiro e os 150.000 euros de IRS só tem efeito para as contas de 2024 e que também, por outro lado, temos aqui o facto de as alterações sucessivas que houve à Lei, agora cada projeto de execução, tem que ir a uma outra proposta, tem que se pôr à consideração de uma outra equipa de revisão e passa-se o seu tempo e agente nunca mais tem um projeto final para lançar o procedimento, e isto está na lei, nós não podemos fazer isso, está na lei causa danos, causa atrasos, toda a gente quer obra, mas, ouçam lá, ninguém mais quer que se faça obra do que nós, se vocês estivessem cá também gostariam de estar a fazer obra, para não estarem sujeitos à crítica, não é? E por isso, eu entendo que façam lá a devida avaliação às contas, se tiverem dúvidas, questionem, agente terá respostas adequadas, explicaremos o que é que há, mas é bom saber deste tipo de anormalidades que aconteceram em 2023, não é, porque somos forçados a ter que aceitar e calar algumas das situações, não podemos fechar a escola só por não termos o dinheiro que é necessário para o funcionamento da escola, temos que aguentar, não podemos cortar a energia aí porque não houve hipótese de fechar, não podemos fechar, há pouco, o deputado Alfredo falava até de acesso, quando eu não fui à frente da CER, a verdade é que fomos dos primeiros municípios a constituir uma CER, a verdade é que estamos praticamente a um ano à espera do Alvará a ser emitido pela DGEG, estamos nós e está Sines, está Fundão, está Évora, foram os municípios que estiveram precisamente nessa sala numa apresentação dos projetos que cada um tinha de CER's e todos empolgante e cá com o representante da DGEG e a verdade é que, com as mudanças tão evidentes da Direção Geral de Energia com a Presidência, a verdade é que está parado há um ano. Já pedimos uma reunião à nova ministra da Energia, isto não pode continuar, não pode ser só folclore quando convém ao Governo dizer que está aqui nova solução para se poder garantir a todos a energia mais barata, porque, na verdade se nós estamos preparados para pôr isso em andamento, a verdade é que sem alvará não podemos fazer nada, e o Tribunal de Contas também pergunta, afinal, como é que vai ser e nós dizemos, a Direção-Geral de Energia que responda, porque das duas uma, ou é para fazer, ou se não é para fazer aquilo que agente quer anula tudo. Acho que é pena que este tipo de entidades devem estar a sofrer uma enorme pressão dos lobbies que estão instalados dentro de energia, porque estar a deixar de receber a energia, pelo qual pagavam cêntimos e agora poderem manter o estatuto para continuar a receber a energia que só custa cêntimos, pelo que faturam aos clientes, claro que o projeto vai incomodar alguém, este tipo de abertura que houve no anterior Governo vai penalizar alguém, é o que está à vista, para nos autorizarem, quando temos tudo direitinho para entrar em funcionamento e não temos alvará para funcionar, portanto, não estamos legitimados para esse efeito. Para terminar, continuo a dizer, estamos disponíveis quando quiserem e quem quiser nesta assembleia bater à porta e marcamos uma reunião, quais são as dúvidas, e agente mostra como é que é. Cumprimos equiparados como há pouco se comprovou com a situação, o deputado Nuno Santos tinha levantado à uns tempos atrás, com os atrasos todos que, enfim, o parecer inicial e depois o contra parecer que nós submetemos à CCDD e depois 3 meses para dar o parecer final, não



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 39 de 40

podemos fazer nada, se tivesse passado uma assembleia municipal, depois de termos o parecer na mão, isso era inaceitável, não foi o caso, recebemos há dias, demos conhecimento a quem tinha pedido estas informações e, portanto, o erro foi cometido, foi assumido e está agora, foi nulo e, portanto, está já em pleno direito no funcionamento das estruturas, com a ratificação de todos os atos que foram processados durante este tempo todo, porque também nos termos legais e com o apoio dos serviço jurídico e portanto discutam connosco, venham ter connosco, agente não somos ali os iluminados, agente saiu do meio da comunidade, fomos eleitos para vir gerir, tratar da vida, como acontece com outros, vamos tentar fazer o melhor? Vamos, e se estivemos todos juntos, melhor ainda, agora fazer personalizar as coisas, eu acho que tem que haver alguma contenção nisso, se fazem favor.»-----

Após prévia análise dos documentos que integram a Prestação de Contas do Município relativos ao exercício do ano de 2023, previamente aprovados pelo Executivo Municipal, por deliberação n.º 2024/0272/G.A.V., tomada em reunião de 15 de abril de 2024, bem como dos respetivos esclarecimentos prestados pelo senhor Vice-Presidente da Câmara, foram os documentos em apreço submetidos a discussão.-----

Findo o período de discussão, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal, tendo sido deliberado, por maioria, com treze votos a favor, um voto contra e dez abstenções, aprovar a Prestação de Contas do Município da Batalha relativa ao exercício de 2023, que aqui se dá por integralmente reproduzida, para os devidos e legais efeitos, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com o estatuído na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual-----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.-----

----- ** -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

Eram vinte e três horas e quarenta e cinco minutos, e por não haver mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Mesa presentes e por mim, Maria Lúcia Mendes de Oliveira Morais, Técnica Superior, que a redigi e subscrevo.-----

Batalha 31-05-2024-----

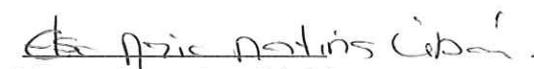
OS MEMBROS DA MESA:



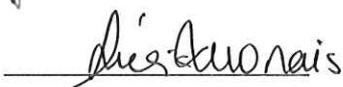
MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 40 de 40


(Joaquim José Pereira Ruivo)
Presidente


(Elsa Maria Martins Libânio)
1º Secretário


(Germano Santos Pragosa)
2º Secretário
**


(Maria Lúcia Mendes de Oliveira Morais)
Técnica Superior